

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC TYLER A. DARR

OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E O ATLÂNTICO SUL:

Avaliação das estratégias e interesses geopolíticos atuais e futuros

Rio de Janeiro

2021

CC TYLER A. DARR

OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E O ATLÂNTICO SUL:

Avaliação das estratégias e interesses geopolíticos atuais e futuros

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG Leonardo Mattos (RM1)

Rio de Janeiro  
Escola de Guerra Naval  
2021

## **AVISO LEGAL**

As ideias e recomendações apresentadas neste trabalho são de responsabilidade do autor e não representam necessariamente as opiniões do Governo dos Estados Unidos, do Departamento de Defesa (DOD) ou de seus componentes.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a minha esposa e duas filhas maravilhosas, cujos esforços e amor me apoiaram ao longo deste trabalho.

Ao meu orientador, CMG (RM1) Leonardo Mattos, obrigado pela orientação, percepção e entusiasmo por este trabalho. Não seria o trabalho que é hoje sem a sua orientação.

Ao meu Oficial Orientador, CC Gustavo Thome Cabral, muito obrigado pelo empenho em me ajudar a aprender a língua portuguesa e a me integrar à Marinha do Brasil. Eles foram realmente inestimáveis.

Por fim, obrigado à Marinha do Brasil, à Escola de Guerra Naval e a Turma do CEMOS-2021. Tenho a honra de fazer parte deste curso, e cada membro da Turma deu livremente seu tempo, visão e amizade. Obrigado! Estamos juntos!

## RESUMO

Este estudo examina os interesses geopolíticos, as políticas e a estratégia dos Estados Unidos da América na região do Atlântico Sul. Os EUA têm interesse em garantir que a região do Atlântico Sul permaneça democrática e estável. Essa estabilidade permite o livre fluxo de comércio entre as nações e por meio desta região-chave. O estudo usa a Orientação Estratégica Provisória de Segurança Nacional de março de 2021 (INSSG – Interim National Security Strategic Guidance, na sigla em inglês) como uma lente para examinar como os EUA definem seus interesses atualmente. O INSSG define como os EUA enfrentarão os problemas modernos e destaca a competição global com a República Popular da China (RPC) como o principal desafio aos interesses dos EUA. Depois de examinar as políticas e esforços atuais dos EUA em três países-chave do Atlântico Sul: Brasil, Argentina e Nigéria, o estudo analisa os esforços da RPC para ganhar influência no Atlântico Sul. Examinando especificamente os esforços da RPC no Brasil, Argentina e Golfo de Guiné, fica claro que a RPC está utilizando práticas econômicas predatórias para obter alavancagem econômica e política. Essa alavancagem e influência degradam o estado de direito e têm o potencial de desestabilizar a região. Para garantir que os EUA possam proteger seus interesses na região, eles devem adotar políticas e ações legislativas específicas para o Atlântico Sul. Reconhecer a importância da região e os desafios dos esforços da RPC permite que os EUA implementem os estados finais desejados descritos no INSSG.

Palavras-chave: Estados Unidos, República Popular da China, Atlântico Sul, INSSG.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa do Atlântico Sul .....	62
Figura 2 – Mapa dos Comandos Combatentes Geográficos .....	63
Figura 3- Mapa dos esquadrões numerados da Marinha dos EUA.....	63
Figura 4 – Gráfico e resumo da <i>Belt and Road Initiative (BRI)</i> .....	64
Figura 5 – Gráfico e resumo da Força de Apoio Estratégico (SSF) da PRC .....	65
Figura 6 – Gráfico e resumo da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar .....	66
Figura 7 – Mapa do Golfo da Guiné .....	67

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<i>ACD</i> –	Acordo de Cooperação em Defesa
<i>AIS</i> –	<i>Automated Identification System</i>
<i>AFRICOM</i> –	<i>United States Africa Command</i>
<i>ADM</i> –	Armas de Destruição em Massa
<i>ALC</i> –	Acordo de Livre Comércio
<i>ATEC</i> –	<i>Agreement on Trade and Economic Cooperation</i>
<i>C2</i> –	Comando e Controle
<i>CLTC</i> –	<i>China Satellite Launch and Tracking Control General</i>
<i>CRS</i> –	<i>Congressional Research Service</i>
<i>DOD</i> –	<i>Department of Defense</i>
<i>DWF</i> –	<i>Distant Water Fleet (fishing)</i>
<i>EDA</i> –	<i>Excess Defense Articles</i>
<i>EUA</i> –	Estados Unidos da América
<i>EXBS</i> -	<i>Export Control and Related Border Security</i>
<i>FMS</i> –	<i>Foreign Military Sales</i>
<i>GCC</i> –	<i>Geographic Combatant Command</i>
<i>GSOMIA</i> -	Acordo Geral de Segurança da Informação Militar
<i>ICS</i> -	<i>Integrated Country Strategy</i>
<i>IMET</i> -	<i>International Military Education and Training</i>
<i>IUU</i> –	<i>Illegal Unregulated and Undeclared (fishing)</i>
<i>INSSG</i> -	<i>Interim National Security Strategic Guidance</i>
<i>JRS</i> –	<i>Joint Regional Strategy</i>
<i>JSP</i> –	<i>Joint Strategic Plan</i>
<i>NASA</i> –	<i>National Air and Space Administration</i>
<i>NDS</i> –	<i>National Defense Strategy</i>
<i>NSC</i> –	<i>National Security Council</i>
<i>NSPD</i> -	<i>National Security Presidential Directive</i>

NSS -	<i>National Security Strategy</i>
OEA -	Organização dos Estados Americanos
ONU -	Organização das Nações Unidas
OTAN -	<i>Organização do Tratado do Atlântico Norte</i>
PCC -	Partido Comunista da China
PIB –	Produto Interno Bruto
PLA –	<i>People’s Liberation Army</i>
RDC -	República Democrática do Congo
RPC –	Republica Popular da China
SASC-	<i>Senate Armed Services Committee</i>
SisGAAz -	Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul
SOEs –	<i>State Owned Enterprises</i>
<i>SOUTHCOM</i> –	<i>United States Southern Command</i>
<i>SSF</i> –	<i>Strategic Support Force (PLA)</i>
UA -	União Africana
<i>USAID</i> –	<i>U.S. Agency for International Development</i>
<i>USCGC</i> –	<i>United States Coast Guard Cutter</i>
USTR –	<i>U.S. Trade Representative</i>
<i>ZEE</i> -	Zona Econômica Exclusiva
ZOPACAS -	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA DE SEGURANÇA NACIONAL PROVISÓRIA (INSSG) E POLÍTICAS ATUAIS DOS EUA NA REGIÃO .....</b>	<b>13</b>
2.1	Orientação estratégica de segurança nacional provisória (INSSG).....	13
2.2	Políticas das Organizações de Segurança Nacional dos Estados Unidos com responsabilidades na região do Atlântico Sul.....	15
2.3	Política dos Estados Unidos com relação à República Federativa do Brasil.....	21
2.4	Política dos Estados Unidos com relação à Argentina.....	26
2.5	Política dos Estados Unidos com relação à Nigéria.....	29
2.6	Observações finais sobre a política dos EUA na região.....	32
<b>3</b>	<b>ESFORÇOS DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA (RPC) NA REGIÃO DO ATLÂNTICO SUL .....</b>	<b>33</b>
3.1	Esforços da República Popular da China (RPC) no Brasil.....	33
3.2	Esforços da República Popular da China (RPC) na Argentina.....	36
3.3	Esforços da República Popular da China (RPC) no Golfo da Guiné .....	39
3.4	Considerações finais sobre os esforços da RPC na região do Atlântico Sul .....	42
<b>4</b>	<b>RECOMENDAÇÕES PARA A POLÍTICA DOS EUA.....</b>	<b>43</b>
4.1	Alinhe a estratégia e reduza as barreiras.....	43
4.2	Competindo com os esforços econômicos e políticos da RPC.....	46
4.3	Fortalecer Iniciativas Regionais.....	49
4.3	Considerações finais para a estratégia dos EUA no Atlântico Sul.....	52
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>54</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>56</b>
	<b>ANEXOS .....</b>	<b>62</b>

## INTRODUÇÃO

Em sua *Interim National Security Strategic Guidance* (INSSG) publicada em 3 de março de 2021, o presidente dos Estados Unidos da América (EUA), Joseph R. Biden Jr., destacou um aspecto importante, mas frequentemente esquecido, da política externa. Em referência à execução das prioridades delineadas na política, Biden afirmou:

E ao fazermos esse trabalho, devemos também demonstrar claramente ao povo americano que liderar o mundo não é um investimento que fazemos para nos sentirmos bem conosco mesmos. É assim que garantimos que o povo americano possa viver em paz, segurança e prosperidade. É do nosso inegável interesse próprio.<sup>1</sup> (BIDEN, 2021).

O uso das palavras "nosso inegável interesse próprio" é uma interpretação honesta da política externa dos Estados Unidos. Para empregar bem os impostos pagos pelo povo americano na execução da política externa, o governo deve ser capaz de demonstrar claramente o "inegável interesse próprio" da região, bem como os objetivos políticos nele contidos.

O Atlântico Sul e os estados costeiros que compõem sua periferia, é uma região que frequentemente ocupa uma posição inferior nas listas de segurança nacional, política externa e prioridades geopolíticas dos Estados Unidos. De tempos em tempos, a paisagem geopolítica muda, e o Atlântico Sul se torna um ponto focal estratégico. Isso foi especialmente verdadeiro durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando os Estados Unidos e os Aliados lutaram para encontrar rotas operacionais e de abastecimento alternativas enquanto as potências do Eixo fechavam outras rotas marítimas vitais de comunicação.

Em 2021, o ambiente geopolítico internacional está talvez mais complexo do que nunca. Uma pandemia global causou estragos ao se mover livremente entre frágeis fronteiras internacionais; as democracias em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, estão enfrentando desafios

---

<sup>1</sup> No original, em inglês: "And as we do this work, we must also demonstrate clearly to the American people that leading the world isn't an investment we make to feel good about ourselves. It's how we ensure the American people are able to live in peace, security, and prosperity. It's in our undeniable self-interest." (tradução nossa)

fundamentais; e a ordem baseada em regras internacionais está sendo desafiada por potências globais emergentes engajadas em políticas militares, econômicas e diplomáticas disruptivas e predatórias.

Considerando essas mudanças dinâmicas na paisagem geopolítica, é imperativo reexaminar regiões como o Atlântico Sul, para delinear claramente os interesses dos EUA. A região abriga duas das democracias mais populosas do mundo, Brasil e Nigéria<sup>2</sup>; vastas quantidades de recursos naturais; um ecossistema inestimável que é vital para o clima do planeta; e vários canais de transporte e cadeias de abastecimento que ajudam a alimentar a economia global. É do “inegável interesse próprio” dos Estados Unidos garantir que a região do Atlântico Sul continue a ser uma região segura, democrática e próspera, livre de “influências malignas”.

Este trabalho busca articular claramente os interesses dos EUA na região do Atlântico Sul e identificar ações específicas que este país pode realizar para elaborar e implementar uma estratégia regional coerente e coesa que esteja alinhada com o INSSG. Para tanto, o trabalho começará no capítulo dois, transmitindo as prioridades delineadas no INSSG e examinando como os Estados Unidos estão atualmente implementando a execução da política externa na região por meio de políticas derivadas. O capítulo continuará abordando políticas e prioridades específicas que estão sendo buscadas pelos Estados Unidos no Brasil, Argentina e Nigéria. Esses três países representam as três maiores economias da região e desempenham papéis importantes no cenário geopolítico do Atlântico Sul. No capítulo três serão examinadas as ações e expansões da República Popular da China (RPC) na região, que o INSSG claramente articula como a maior competição para os Estados Unidos globalmente (INSSG, 2021). Destacar as atividades consideradas benignas e malignas da RPC na região é vital para articular claramente o potencial de ruptura regional e um deslocamento da ordem baseada em regras.

---

<sup>2</sup> De acordo com o Índice de Democracia da Economist Intelligence Unit 2020, o Brasil é classificado como “Democracia Fracassada” e ocupa a 49ª posição no índice global. A Nigéria é classificada como um “Regime Híbrido” e ocupa a 110ª posição no índice global. Em comparação, os Estados Unidos da América ocupam o 25º lugar nessa escala e são classificados como uma “democracia imperfeita”.

Posteriormente, no Capítulo Quatro, o documento fornecerá recomendações gerais e específicas sobre como os Estados Unidos podem formular uma Estratégia do Atlântico Sul alinhada com o INSSG. O INSSG articula que os EUA priorizarão parcerias, alianças e instituições como elementos-chave da política externa. Como tal, qualquer estratégia regional deve incluir uma compreensão clara dos parceiros potenciais e dos programas existentes com capacidade para atuar em áreas de interesse comum. Finalmente, o capítulo conclusivo irá sintetizar as principais considerações de cada um dos capítulos do desenvolvimento.

Geograficamente, este estudo usará uma definição geopolítica do Atlântico Sul, que é limitado ao norte pelo paralelo 16° N, para incluir os países relevantes da África Ocidental. Neste caso, o Senegal será a fronteira norte dos países da África Ocidental incluídos na região do Atlântico Sul. A fronteira leste do estudo percorrerá a costa oeste da África e será delineada no Sudeste pelo meridiano 20° E, que é o ponto de encontro comumente aceito dos Oceanos Atlântico e Índico. A fronteira oeste do estudo começará na fronteira da Venezuela e da Guiana no norte e terminará na fronteira terrestre e marítima do Chile e da Argentina no sul. A fronteira sudoeste será delineada por uma linha ao sul do Cabo Horn, a fronteira comumente aceita entre os oceanos Atlântico e Pacífico. O estudo usará como fronteira sul o paralelo 60° S, que marca a fronteira norte do Oceano Austral. O estudo excluirá especificamente a região da Antártica, considerando seu tamanho, complexidade e políticas específicas existentes (Figura 1).

Temporalmente, o estudo abordará a situação e as políticas a partir do lançamento do INSSG. No entanto, considerando a natureza recente da orientação, atividades, políticas ou programas específicos que foram implementados antes de março de 2021 podem ser incluídos, desde que ainda sejam relevantes para a situação regional atual. Finalmente, considerando as especificidades da pandemia COVID-19 em andamento, o tópico não será abordado especificamente neste estudo. No entanto, avaliando a natureza global da pandemia, ela pode ser mencionada em documentos de política relevantes.

## **2 ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA DE SEGURANÇA NACIONAL PROVISÓRIA (INSSG) E POLÍTICAS ATUAIS DOS EUA NA REGIÃO**

Este capítulo abordará as prioridades de segurança nacional delineadas no INSSG de março de 2021, bem como as prioridades de política externa dos vários departamentos e seções responsáveis pela implementação da política na região do Atlântico Sul. Além disso, o capítulo examinará as atuais políticas e compromissos dos EUA com os três países com os maiores PIBs da região. Embora não seja abrangente, uma pesquisa das interações dos EUA com esses três países fornecerá uma aproximação da política dos EUA em toda a região. Um entendimento profundo da política atual dos EUA nesses países é vital para entender uma política futura em potencial para a região.

### **2.1 Orientação estratégica de segurança nacional provisória (INSSG)**

O INSSG foi divulgado pela Administração Biden em 3 de março de 2021, aproximadamente dois meses após a posse da Presidência.<sup>3</sup> Essa INSSG é uma mudança substancial da *National Security Strategy* (NSS - *na sigla em inglês*) lançada pelo presidente Donald J. Trump (1946 - ) em 2017 (THE WHITE HOUSE, 2017). O lançamento de uma estratégia provisória pelo governo Biden, dentro de um período tão curto após assumir o cargo, é indicativo do desejo de mudar a trajetória da política externa dos EUA de forma rápida e substancialmente. A estratégia destaca que o Departamento de Estado, e a diplomacia, serão a principal força na execução da política externa dos EUA. A estratégia é ampla em seu escopo, mas estabelece três prioridades principais:

Proteger a segurança do povo americano, defendendo-se contra grandes potências, adversários regionais e ameaças transnacionais; expandir a prosperidade econômica

---

<sup>3</sup> Normalmente, o presidente publica uma nova Estratégia de Segurança Nacional (NSS) dentro de um a dois anos após assumir o cargo. O NSS é projetado para informar as políticas das organizações de segurança nacional subordinadas, como o Departamento de Defesa e o Departamento de Estado.

e as oportunidades redefinindo o interesse econômico da América principalmente ao se concentrar na melhoria dos meios de subsistência das famílias trabalhadoras e na obtenção de uma recuperação econômica baseada no crescimento equitativo e inclusivo...; e realizar e defender os valores democráticos no cerne do modo de vida americano, revigorando a democracia americana, vivendo de acordo com nossos ideais e valores para todos os americanos e unindo as democracias do mundo para combater as ameaças às sociedades livres (CRS INSSG, 2021, p.2, tradução nossa).<sup>4</sup>

Destilando essas três prioridades, chegamos aos seguintes objetivos simplificados, mas essenciais: competir efetivamente na Competição das Grandes Potências, garantir a prosperidade econômica e defender os princípios democráticos em casa e no exterior por meio de aliados e parcerias. Essas prioridades servirão para impulsionar os esforços da política externa estadunidense e informar as políticas das organizações subordinadas.

Considerando que o INSSG é claro em sua intenção de alavancar a Diplomacia como primeira opção, é útil examinar as políticas derivadas do Departamento de Estado dos EUA. Em discurso televisionado imediatamente antes da divulgação da orientação, o secretário de Estado Anthony J. Blinken (1962 - ) detalhou a forma como o Departamento de Estado executaria a política externa em consonância com o INSSG. O secretário Blinken afirmou que o Departamento de Estado elaboraria um “Política Externa para o Povo Americano”<sup>5</sup>.

Esse conceito, nos termos mais simples, foi criado para ajudar a todos os norte-americanos a entender e apoiar as políticas que seus dólares de impostos financiam. À medida que cada vez menos norte-americanos trabalham no exterior, seja como militar em uma capacidade militar, diplomata ou numa organização civil, aumenta o potencial para que a sociedade perca de vista as razões para manter uma política externa robusta e engajada. Os sintomas dessa divisão cada vez mais cáustica são, muitas vezes, nacionalismo, protecionismo e isolacionismo. Encontrar maneiras

---

<sup>4</sup> No original, em inglês: Protect the security of the American people by defending against great powers, regional adversaries and transnational threats; Expand economic prosperity and opportunity by redefining America’s economic interest primarily by focusing on improving working families’ livelihoods and achieving an economic recovery grounded in equitable and inclusive growth....; and Realize and defend the democratic values at the heart of the American way of life by reinvigorating American democracy, living up to our ideals and values for all Americans, and uniting the world’s democracies to combat threats to free societies (CRS INSSG, 2021). (tradução nossa)

<sup>5</sup> No original, em inglês: Foreign Policy for the American People (tradução nossa)

de preencher a lacuna entre a vida cotidiana dos americanos e as decisões de política externa de seu governo é vital para garantir que os Estados Unidos da América permaneçam no papel de um líder engajado, responsável e produtivo da comunidade internacional.

Em seu discurso, o Secretário Blinken detalhou oito prioridades que serão utilizadas para orientar os esforços e compromissos diplomáticos dos Estados Unidos em apoio ao INSSG. As prioridades, em termos resumidos, são as seguintes: erradicar o COVID-19 e fortalecer a segurança sanitária global; reconstruir a economia global; renovar a democracia em casa e no exterior; criar um sistema de imigração humano e eficaz; revitalizar os laços com aliados e parceiros; enfrentar a crise climática e impulsionar uma revolução de energia verde; garantir a liderança dos Estados Unidos em tecnologia; e gerenciar a relação competitiva dos Estados Unidos com a China (BLINKEN, 2021).

Ao discutir a competição com a China, o secretário Blinken deixa claro que os desafios apresentados pela China são os maiores enfrentados pelos Estados Unidos, mesmo entre outras ameaças geopolíticas tradicionais como Rússia, Coreia do Norte e Irã. Além disso, os desafios apresentados por uma China cada vez mais capaz e agressiva sustentam e correm paralelamente a muitas das prioridades listadas acima. A gestão eficaz do relacionamento e da competição com a China pode melhorar simultaneamente situações como segurança sanitária global, economia global, alianças internacionais, crise climática, tecnologia e defesa da democracia (2021).

## **2.2 Políticas das Organizações de Segurança Nacional dos Estados Unidos com responsabilidades na região do Atlântico Sul**

Além de compreender as prioridades gerais delineadas pela administração Biden, também é útil compreender as diferentes organizações e processos de segurança nacional que implementam essas políticas na região. A região do Atlântico Sul, conforme definido neste estudo, cobre dois

continentes separados, 26 países, bem como milhões de quilômetros quadrados de vias marítimas e “bens comuns globais”. Dentro da arquitetura de segurança nacional dos EUA, várias organizações-chave mantêm a primazia para o desenvolvimento e implementação de políticas, representação oficial, supervisão e financiamento.

A primeira dessas organizações é a Equipe do *National Security Council* (NSC – na sigla em inglês), que faz parte do ramo executivo do governo e está subordinada ao NSC nomeado pelo presidente. Pesquisa do *Congressional Research Service* (CRS – na sigla em inglês) destaca que essa equipe de aproximadamente 200 funcionários federais, nomeados pelo presidente, trabalha em diretorias geográficas e funcionais separadas, que ajudam o presidente a formular e implementar políticas para questões estratégicas e emergentes. Mais importante ainda, essa equipe é diretamente responsável por formular a Estratégia Nacional de Segurança ou, no caso da Administração Biden, o INSSG. A Diretoria de Assuntos do Hemisfério Ocidental, bem como a Diretoria de Assuntos Africanos, são as principais responsáveis pelas políticas relativas aos países da região do Atlântico Sul. Várias Diretorias funcionais como a Defesa, Inteligência, Energia e Mudanças Climáticas, entre outras, também têm interesses específicos na região (CRS NSC, 2021).

Na frente diplomática, o Departamento de Estado é a agência líder. O Departamento de Estado é responsável por elaborar sua própria estratégia, bem como o *Joint Strategic Plan* (JSP – na sigla em inglês) da *U.S. Agency for International Development* (USAID - na sigla em inglês). O documento mais recente foi escrito durante a administração Trump em fevereiro de 2018, com o objetivo de formular a política até 2022. O documento destaca quatro metas principais, com 16 objetivos estratégicos aninhados dentro das várias metas.

O documento aborda a ascensão estratégica da RPC; no entanto, esta discussão é limitada principalmente a atividades específicas e ações malignas dentro da esfera de influência asiática. Considerando que o documento foi lançado em 2018, fica aquém de abordar a RPC como uma potência verdadeiramente global, capaz de influenciar os eventos mundiais e se afirmar em regiões



anteriormente incontestadas (DOS JSP, 2018). Embora o JSP 2018 tecnicamente ainda se aplique dentro do Departamento, o discurso do Secretário Blinken de março de 2021 é provavelmente uma medida mais precisa das intenções políticas atuais e futuras.

A política diplomática na região do Atlântico Sul é administrada respectivamente pelo Escritório de Assuntos do Hemisfério Ocidental do Departamento de Estado e pelo Bureau de Assuntos Africanos. O Bureau de Assuntos do Hemisfério Ocidental lista “Protegendo os cidadãos dos EUA na pátria e no exterior, promovendo o crescimento econômico inclusivo e defendendo a democracia”<sup>6</sup> como seus três tópicos principais para a região (DOS WHA, 2021). A WHA também mantém uma Estratégia Regional Conjunta (*JRS - na sigla em inglês*), atualizada mais recentemente em janeiro de 2019, que destaca quatro Metas e 17 Objetivos. As metas se concentram em sustentar um hemisfério seguro, próspero, democrático e receptivo à liderança e aos valores dos EUA (WHA JRS, 2019). O JRS aborda a expansão antagônica da RPC em todo o hemisfério e dedica um objetivo específico para combater o comportamento predatório da China (2019).

O Bureau de Assuntos Africanos lista “comércio, saúde e segurança transfronteiriça e a promoção da estabilidade e autossuficiência africanas como os três objetivos centrais da Estratégia de África do Departamento (DOS AA, 2021). Da mesma forma, para o WHA JRS, o Bureau of African Affairs mantém um Africa JRS, publicado em agosto de 2018. Este documento lista À semelhança do WHA JRS, o *Bureau of African Affairs* mantém um Africa JRS, publicado em agosto de 2018. Este documento enumera a paz e a segurança; crescimento econômico; comércio e investimento; e democracia, direitos humanos, governança; e o desenvolvimento dos países como seus principais objetivos para a região (DOS AA JRS, 2018). O JRS da África diverge do JRS da WHA por não abordar especificamente os desafios apresentados pela RPC para os interesses dos EUA no continente africano. O documento faz menção a “atores malignos”, porém não dedica um objetivo

---

<sup>6</sup> No original, em inglês: “Protecting U.S. Citizens at Home and Abroad; Fostering Inclusive Economic Growth; and Defending Democracy” (tradução nossa)

específico ao tema do desafio da RPC (2018). Como tal, o JRS da África existente demonstra que é insuficiente para atender às prioridades delineadas no INSSG 2021.

Do ponto de vista militar, o *Department of Defense (DOD – na sigla em inglês)* dos EUA é responsável pela formulação e execução das políticas de defesa na região do Atlântico Sul. O DoD é responsável pelo desenvolvimento e publicação de uma Estratégia de Defesa Nacional (*NDS, na sigla em inglês*) que se alinha com a NSS do Presidente. Embora um novo NDS não tenha sido publicado até julho de 2021, o Secretário de Defesa Lloyd J. Austin III (1953 - ) publicou uma Mensagem para as Forças Armadas, em 4 de março de 2021, onde destacou as três principais prioridades do DoD e as áreas específicas de enfoque.

As três principais prioridades do documento são “Defenda o estado, cuide de nossa gente e tenha sucesso por meio do trabalho em equipe”<sup>7</sup>. Dentro da prioridade “Defender o estado”, existem cinco áreas específicas de enfoque que se alinham com as orientações do INSSG; incluindo “Derrote COVID-19, priorize a China como o desafio do ritmo, trate das ameaças avançadas e persistentes, inove e modernize o DOD e enfrente a crise climática”<sup>8</sup> (AUSTIN DOD, 2021). Subordinados diretamente ao DoD, os respectivos *Geographic Combatant Commander (GCCs – na sigla em inglês)* são, posteriormente responsáveis por desenvolver e publicar Estratégias Regionais que se alinhem tanto com o NDS quanto com o INSSG (Figura 2).

O Comando Sul dos EUA (*SOUTHCOM – na sigla em inglês*) é o GCC responsável pelo Comando e Controle (C2) Militar das Forças dos EUA na massa de terra da América Latina ao sul do México, nas águas adjacentes às Américas Central e do Sul e no Mar do Caribe. O SOUTHCOM define suas três principais linhas de esforço como “Fortalecer parcerias, combater ameaças e construir

---

<sup>7</sup> No original, em inglês: “Defend the Nation, Take Care of our People, and Succeed through Teamwork” (tradução nossa)

<sup>8</sup> No original, em inglês: “Defeat COVID-19, Prioritize China as the Pacing Challenge, Address Advanced and Persistent Threats, Innovate and Modernize the DOD, and Tackle the Climate Crisis” (tradução nossa)

nossa equipe” (DOD, 2021).<sup>9</sup> Em julho de 2021, o SOUTHCOM dos EUA ainda não publicou uma nova Estratégia de Teatro alinhada com o INSSG, no entanto, a Declaração de Postura do SOUTHCOM de março de 2021 ao *Senate Armed Services Committee (SASC – na sigla em inglês)* focou fortemente na RPC, além disso à resposta COVID-19 e ameaças mais tradicionais, como Organizações Criminais Transnacionais.

O Comando da África dos EUA (*AFRICOM – na sigla em inglês*) é o GCC responsável pelo Comando e Controle das forças militares dos EUA que operam ou transitam pelos estados da África e águas adjacentes. O documento de orientação estratégica mais recente do AFRICOM é a Estratégia USAFRICOM, publicada em 2018 e que considera um plano de 10 anos para as operações militares dos EUA na região. O documento descreve cinco objetivos estratégicos;

Parceiros africanos contribuem para a segurança regional, as ameaças de VEOs e TCOs são reduzidas, o acesso e a influência dos EUA são segurados, o teatro USAFRICOM está instalado e o pessoal e as instalações dos EUA são protegidos” (DOD AFRICOM, 2021).<sup>10</sup>

O DOD também mantém vários interesses nas vastas águas internacionais do Oceano Atlântico Sul. A responsabilidade primária de manter esses interesses é do 4º esquadrão dos EUA e do 6º esquadrão dos EUA. O 4º Esquadrão, restabelecido em 2008, mantém a responsabilidade de comando e controle das forças navais que operam no Hemisfério Ocidental, inclusive nas águas adjacentes do Atlântico Sul. O 6º Esquadrão, baseado em Nápoles, Itália, mantém o comando e a responsabilidade de controle das forças navais que operam nas águas do Atlântico Sul adjacentes ao subcontinente africano. Essas duas frotas têm uma responsabilidade compartilhada pela coordenação e eliminação de conflitos das forças dos EUA que operam na região.

---

<sup>9</sup> No original, em inglês: “Strengthen Partnerships, Counter Threats, and Build our Team” (tradução nossa)

<sup>10</sup> No original, em inglês: “African Partners Contribute to Regional Security, Threats from VEOs and TCOs are Reduces, U.S. Access and Influence are Insured, the USAFRICOM Theater is Set, and U.S. Personnel and Facilities are Protected” (tradução nossa)

Além disso, a Força Aérea e a Força Espacial dos Estados Unidos mantêm um site importante de radar, telemetria e Sistema de Posicionamento Global (GPS) no Território Ultramarino da Ilha de Ascensão do Reino Unido. O Campo Auxiliar da Ilha da Ascensão está localizado no Oceano Atlântico Sul, aproximadamente 4.500 km a leste de Recife, Brasil e aproximadamente 6.000 km a oeste de Luanda, Angola. A ilha está idealmente localizada perto do equador para apoiar atividades de observação espacial e todos os lançamentos da instalação de lançamento de Cabo Canaveral na Flórida, EUA. A localização central da instalação no Atlântico Sul, e pista de 3.000 metros, também oferece aos militares dos EUA com flexibilidade opções logísticas para operações de contingência na região (SPACE FORCE, 2021). Considerando a crescente importância das operações espaciais para os militares dos EUA, manter a segurança, estabilidade e proteção desta instalação chave continua a ser uma consideração chave para o DOD na região.

A lista acima também não é completa, pois há dezenas de organizações governamentais dos EUA com interesses e responsabilidades políticas na região do Atlântico Sul. Outros participantes importantes incluem as várias agências de inteligência dos EUA e a Guarda Costeira dos Estados Unidos sob a gestão do Departamento de Segurança Interna.

A implementação efetiva da estratégia e a política americana em nível de país é executada por meio de uma *Integrated Country Strategy (ICS – na sigla em inglês)*. O ICS é um documento importante, promulgado pelo Embaixador dos EUA e utilizado para orientar as atividades de todas as agências e funcionários do governo dos EUA no país. O ICS segue as orientações de planejamento estratégico do Departamento de Estado descritas no JSP e no respectivo JRS, mas também incorpora orientações e contribuições de outras agências (Defesa, Justiça, Segurança Interna, etc.). Este plano estratégico de quatro anos é projetado para apresentar uma abordagem de todo o governo para cada país respectivo (DOS FAM, 2020).

### **2.3 Política dos Estados Unidos com relação à República Federativa do Brasil**

Os Estados Unidos e o Brasil compartilham uma longa história de relações diplomáticas e econômicas, que remonta ao reconhecimento da independência do Brasil pelos Estados Unidos em 1822. A parceria hoje está ancorada em uma agenda comercial bilateral robusta, fortes relações de cooperação de segurança e defesa, esforços combinados para combater o COVID-19, um espaço florescente de intercâmbio de tecnologia, um desejo compartilhado de conter a mudança climática global e vários esforços culturais, linguísticos e de pesquisa (DOS, 2021). Os parágrafos a seguir destacarão algumas das principais iniciativas políticas tomadas nessas arenas, particularmente aquelas que ocorreram desde a implementação do INSSG. Além da discussão das prioridades políticas específicas acima, também é imperativo entender os mecanismos usados pelo governo dos EUA para implementar políticas em países específicos.

O mais recente ICS para o Brasil foi publicado em julho de 2018 e incluiu quatro grandes Objetivos da Missão, que incluem aumentar a cooperação em prioridades regionais e globais compartilhadas (segurança internacional, democracia e estado de direito), aprofundar a parceria econômica entre as nações, expandir a cooperação de defesa para garantir a proteção dos cidadãos americanos em casa e melhorar e aumentar as relações entre as pessoas (DOS BRAZIL ICS, 2018, p. 5). Visivelmente ausente do ICS atual está uma menção à crise climática global ou à competição dos EUA com a RPC. À medida que um novo ICS é elaborado para se alinhar ao INSSG, é provável que esses conceitos sejam mais bem integrados aos Objetivos da Missão.

Diplomaticamente, o Brasil e os Estados Unidos tiveram relativamente pouco envolvimento nos primeiros meses do governo Biden. Esse curso foi revertido no final da primavera de 2021 e, em 17 de junho de 2021, o Secretário Blinken conversou com o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Carlos França, por telefone. A discussão se concentrou na parceria estratégica

EUA-Brasil, bem como nas preocupações comuns em prosperidade econômica, segurança, meio ambiente e democracia (Porta-voz do DOS, 2021). Os dois ministros também discutiram as metas ambientais brasileiras, o desmatamento ilegal, os esforços do COVID-19, a segurança digital e o aprofundamento da parceria econômica entre os dois estados (Porta-voz do DOS, 2021). Esta chamada destaca que os Estados Unidos podem priorizar a crise climática global sobre a competição com a RPC quando se envolverem com o Brasil no futuro imediato e de longo prazo.

Economicamente, os Estados Unidos mantêm laços sólidos com o Brasil, que é a nona maior economia do mundo. De acordo com dados de 2019 do *United States Trade Representative* (USTR - *na sigla em inglês*), os Estados Unidos trocaram mais de \$ 105 bilhões de dólares em bens e serviços, tornando o Brasil o 14º maior parceiro comercial de bens dos Estados Unidos (USTR Brazil, 2019).<sup>11</sup> Esses laços econômicos foram fortalecidos em outubro de 2020, quando Estados Unidos e Brasil assinaram o Novo Protocolo sobre Regras de Comércio e Transparência, que atualizou o *Agreement on Trade and Economic Cooperation* (ATEC - *na sigla em inglês*) de 2011.

O Novo Protocolo foi elaborado para melhorar os procedimentos alfandegários, a transparência regulatória e os esforços anticorrupção, em última instância na busca por laços econômicos mais profundos (USTR Brazil, 2020). Embora os Estados Unidos e o Brasil ainda não tenham chegado a um *acordo de livre comércio* (ALC) completo, tanto o ATEC quanto o Novo Protocolo servem como blocos de construção potenciais para a meta. A adesão do Brasil ao MERCOSUL<sup>12</sup> apresenta outro impedimento potencial para o estabelecimento de um ALC, mas o bloco pode, em última instância, servir como um trampolim para um ALC regional mais inclusivo.

---

<sup>11</sup> Considerando a pandemia global COVID-19, os dados comerciais de 2019 refletem melhor a relação econômica geral.

<sup>12</sup> O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) é um processo de integração regional conformado inicialmente pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai ao qual recentemente incorporaram-se a Venezuela e a Bolívia, esta última em processo de adesão (MERCOSUL, 2021).

Os Estados Unidos também consideram que uma maior liberalização da economia brasileira é do interesse tanto do Brasil quanto dos Estados Unidos. Como são as duas maiores economias e democracias do Hemisfério Ocidental, é do interesse de ambas as nações que suas economias tenham permissão para trocar bens e serviços de forma livre e rotineira, especialmente na recuperação econômica pós-COVID-19 (U.S. Chamber of Commerce, 2020).

A cooperação em defesa e segurança tem sido a pedra angular do relacionamento entre os EUA e o Brasil. Talvez a declaração mais evocativa sobre a relação de defesa dos Estados Unidos com o Brasil venha mais uma vez do ICS Brasil 2018. Ao discutir a legitimidade e proficiência do Brasil na não proliferação de *Armas de Destruição em Massa (ADM)*, bem como em operações globais de manutenção da paz, o ICS declara o seguinte:

Aproveitando essa experiência e desejo e, de forma apropriada, buscando aprimorar as próprias capacidades de manutenção da paz do Brasil, ajudaremos o Brasil a se tornar um exportador ainda mais forte de segurança, liberando recursos dos EUA para serem dedicados a outras áreas prioritárias (DOS Brazil ICS 2018, p. 8, tradução nossa)<sup>13</sup>.

Mesmo em 2018, era evidente que os Estados Unidos estariam mudando seu foco para a Competição das Grandes Potências. Em 2021, um robusto programa de cooperação de defesa e segurança com o Brasil permite que os Estados Unidos realoquem recursos que antes eram dedicados a questões como manutenção da paz, combate à pirataria e não proliferação para áreas-foco e regiões mais estreitamente alinhadas com o INSSG.

Para ajudar a possibilitar essa mudança de recursos e responsabilidades, os Estados Unidos e o Brasil mantêm fortes laços entre todas as forças armadas, bem como várias organizações de segurança interagências. A relação avançou bastante em 2010, quando os dois países assinaram o *Acordo de Cooperação em Defesa (ACD)* e o *Acordo Geral de Segurança da Informação Militar*

---

<sup>13</sup> No original, em inglês: “Leveraging that expertise and desire, and appropriately seeking to enhance Brazil’s own peacekeeping capabilities, we will assist Brazil to become an even stronger exporter of security, freeing up U.S. resources to be dedicated to other priority areas” (tradução nossa)

(*GSOMIA*). O Acordo Mestre de Troca de Informações de 2017 implementou esses dois acordos anteriores e forneceu a ambos os países a capacidade de buscar projetos bilaterais de tecnologia relacionados à defesa (CRS, 2020, p. 23).

A relação de cooperação de defesa também foi reforçada em maio de 2019, quando a administração de Trump designou o Brasil como um importante aliado não pertencente à *Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)*. Este status, conforme delineado pela lei dos EUA, fornece aos parceiros estrangeiros acesso vantajoso aos produtos de defesa dos EUA e intercâmbio militar cooperativo, exercícios e treinamento (p. 23). Esses intercâmbios de alunos e funcionários constroem relacionamentos duradouros que os Estados Unidos e o Brasil podem alavancar para benefício mútuo à medida que os respectivos alunos crescem tanto em posição quanto em influência em seus próprios serviços (p. 23).

Os Estados Unidos também priorizaram a cooperação na exploração espacial pacífica como uma área de foco para seu envolvimento com o Brasil em 2021. Em meados de junho de 2021, o Brasil se tornou o primeiro país sul-americano a aderir ao “Artemis Accords”<sup>14</sup>, um esforço conjunto da *National Air and Space Administration (NASA- na sigla em inglês)* e diplomacia espacial do Departamento de Estado para desenvolver tecnologias e experiência para a exploração do espaço (DOS, 2021). A entrada do Brasil nos Acordos Artemis se baseia em vários acordos-quadro de cooperação espacial anteriores feitos entre os Estados Unidos e o Brasil. De acordo com esses acordos, os Estados Unidos veem o engajamento persistente e robusto na exploração e pesquisa espacial como uma prioridade estratégica no relacionamento com o Brasil.

Embora os esforços acima indiquem um forte envolvimento com o Brasil em várias frentes, o relacionamento tem seus próprios desafios. O governo Biden despendeu esforços substanciais nos primeiros seis meses do governo para encorajar o Brasil a conter o desmatamento

---

<sup>14</sup> Acordos Artemis (Tradução nossa)



ilegal. A questão ganhou destaque no final de junho de 2021, quando o ministro do Meio Ambiente do Brasil, Ricardo Salles (1975 - ), renunciou em meio a uma investigação criminal sobre seu suposto envolvimento com a extração ilegal de madeira na floresta amazônica. O Ministro Salles havia trabalhado anteriormente como o principal negociador com os Estados Unidos em esforços ambientais, e sua saída também pode ter servido para reduzir um pouco da tensão entre as duas nações sobre o assunto (REUTERS, 2021).

Os Estados Unidos também fizeram um grande esforço para convencer o Brasil a não selecionar a Huawei Technologies Co Ltd da RPC no leilão de julho de 2021 para instalar e manter uma nova rede de celular 5G em todo o Brasil.<sup>15</sup> Em 2020, o subsecretário de Estado de Crescimento Econômico, Energia e Meio Ambiente dos Estados Unidos, Keith Krach, publicou um artigo no jornal brasileiro O Globo destacando os perigos do apoio tácito e ativo da Huawei às atividades de vigilância patrocinadas pelo estado da RPC (O GLOBO, 2020). Mais recentemente, em junho de 2021, vários membros importantes do governo brasileiro e dos serviços de inteligência, incluindo o senador Flávio Bolsonaro, visitaram os EUA para discutir regulamentos de comunicações, bem como questões de segurança cibernética (Ministério das Comunicações do Brasil, 2021).

Os esforços da RPC para ganhar influência e fortalecer os laços em todo o Brasil serão discutidos com mais profundidade no terceiro capítulo deste trabalho. No entanto, é digno de nota que a posição dos Estados Unidos com relação ao papel da Huawei no leilão 5G permaneceu relativamente inalterada durante a transição para a Administração Biden. Essa posição inabalável indica que os Estados Unidos consideram a questão uma das principais prioridades políticas. Além disso, se a Huawei participar e potencialmente ganhar o leilão 5G, isso pode ter efeitos substanciais de segunda e terceira ordem em outras áreas de política prioritárias dos EUA e do Brasil.

---

<sup>15</sup> De acordo com o grupo de lobby Conexis, a empresa PRC Huawei Technologis Co Ltd. controla atualmente mais de 50% dos equipamentos de rede das principais empresas de telecomunicações brasileiras 3G (Terceira Geração) e 4G (Quarta Geração). O leilão de 2021 concederá direitos para o fornecimento de equipamentos de rede para as futuras redes 5G (Quinta Geração) brasileiras.

O Brasil, entretanto, não é o único ator geopolítico significativo na borda oeste do Atlântico Sul. O vizinho ao sul do Brasil, a Argentina, também mantém relações robustas com os Estados Unidos, o que tem impactos diretos nas considerações políticas gerais para os Estados Unidos na região do Atlântico Sul. A seção a seguir examinará com mais detalhes as políticas dos EUA com relação à Argentina.

## **2.4 Política dos Estados Unidos com relação à Argentina**

Os Estados Unidos mantêm um forte relacionamento diplomático com a Argentina em várias frentes. A Argentina é a terceira maior economia da América Latina e tem uma população de mais de 44 milhões de pessoas, o que a torna um ator regional significativo (CRS Argentina, 2021). No nível tático, esse engajamento também é gerenciado pelo ICS. O ICS da Argentina foi revisado mais recentemente em novembro de 2020. Embora o ICS da Argentina seja mais recente do que o do Brasil, ainda está atrasado em relação ao INSSG de 2021, tanto em seu foco quanto em seu conteúdo.

O ICS começa afirmando que: “Os Estados Unidos buscam uma Argentina estável, próspera e segura - uma Argentina que promove nossos valores compartilhados nas Américas e no mundo” (DOS ICS Argentina, p. 1).<sup>16</sup> Desta declaração, podemos inferir que os conceitos de estabilidade, prosperidade e segurança, em última análise, informam todas as decisões e atividades políticas subsequentes para os Estados Unidos dentro e com respeito à Argentina.

O ICS prossegue destacando três Objetivos de Missão distintos dentro da Estrutura de Missão Estratégica. O Objetivo 1, assim como seus três sub-Objetivos da Missão, são todos orientados para a prosperidade econômica, comércio e investimento. O Objetivo 2 enfoca os valores

---

<sup>16</sup> No original, em inglês: “The United States seeks a stable, prosperous, and secure Argentina – an Argentina that promotes our shared values through out the Americas and the world.” (tradução nossa)

democráticos, a ordem internacional baseada em regras e a parceria com os Estados Unidos. O Objetivo 3 gira em torno da promoção da segurança regional e do Estado de Direito. Essas Metas e Objetivos mencionam tangencialmente combate o comportamento predatório da China entre uma lista de objetivos compartilhados com o WHA JRS. No entanto, nem a competição com a RPC nem o combate às mudanças climáticas globais estão listados como Objetivos ou Sub-objetivos específicos (DOS ICS Argentina, 2018, p. 3). Essas omissões demonstram as lacunas atuais entre as políticas existentes e os estados finais desejados expressos no INSSG.

Economicamente, os Estados Unidos e a Argentina mantêm trocas estáveis, porém modestas, de bens e serviços. De acordo com o Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos, os Estados Unidos e a Argentina trocaram cerca de US \$ 23,3 bilhões em bens e serviços em 2019. De acordo com os mesmos números, a Argentina é o 40º maior parceiro comercial de bens dos Estados Unidos e o 4º maior parceiro comercial da América do Sul, atrás de Brasil, Colômbia e Chile (USTR Argentina, 2019).

Embora os Estados Unidos sejam atualmente o investidor estrangeiro direto número um na Argentina, a situação financeira perpetuamente instável do país diminui a atratividade geral para as empresas sediadas nos EUA. Além da economia volátil, o alto nível de carga regulatória da Argentina e o sistema tributário ineficiente têm impedido as empresas sediadas nos EUA de investir substancialmente no país (OECD Argentina Country Note 2021, p.2). Os Estados Unidos e a Argentina tentaram resolver algumas questões comerciais bilaterais em 2016 com a assinatura do Acordo-Quadro de Comércio e Investimento, que permite maior cooperação e envolvimento em uma série de questões econômicas (CRS Argentina, 2017). Em última análise, embora a relação econômica entre as duas nações seja relativamente confiável, ela não atingiu um estado integrado que exigiria um investimento político substancial dos Estados Unidos.

Embora os Estados Unidos tenham uma longa história de cooperação em defesa e segurança com a Argentina, a relação não amadureceu até o nível de cooperação visto com o Brasil.

De acordo com os dados mais recentes disponíveis para o CRS os Estados Unidos se apropriaram de fundos de quantias relativamente pequenas do *International Military Education and Training (IMET - na sigla em inglês)* e do *Export Control and Related Border Security (EXBS – na sigla em inglês)*. No ano fiscal de 2018, a administração Trump solicitou apenas USD\$300.000 para IMET e USD\$200.000 para programas relacionados a EXBS (CRS Argentina, 2017). Além disso, entre 2016 e 2019, a Agência de Cooperação para a Segurança da Defesa dos Estados Unidos aprovou cerca de USD\$ 478 milhões em vendas de aeronaves e veículos terrestres *Excess Defense Articles (EDA - na sigla em inglês)* relacionados ao governo da Argentina (DCSA, 2020). Em 2021, a cooperação militar dos Estados Unidos com a Argentina foi fortemente orientada para fornecer assistência médica para apoiar os esforços da Argentina para combater o COVID-19. Essa cooperação foi destacada durante uma visita do Comandante do USSOUTHCOM à Argentina, Almirante Craig S. Faller (1961 - ), em abril de 2021, onde ele doou USD\$3,5 milhões em suprimentos médicos relacionados ao COVID para o governo da Argentina (DOS Argentina, 2021).

Essa doação contrasta fortemente com o recente ponto baixo nas relações de cooperação em defesa, ocorrido em janeiro de 2021, quando o *United States Coast Guard Cutter (USCGC - na sigla em inglês) STONE O STONE* não conseguiu atracar devido a "problemas logísticos" relatados em coordenação com o governo da Argentina. No entanto, o período demonstrou que a relação está longe de ser forte. A STONE estava operando no Atlântico Sul em uma patrulha de combate à pesca ilegal, uma ameaça à estabilidade regional que será discutida em maiores detalhes no Capítulo Três deste estudo. Embora o incidente tenha sido relativamente pequeno no cenário internacional, ele demonstra que a relação de defesa entre os Estados Unidos e a Argentina está sempre sujeito a considerações e pressões adicionais (ESPACH, 2021).

Este capítulo até agora se concentrou em dois países sul-americanos; no entanto, também é imperativo olhar além do Atlântico para outro ator de vital importância na região. A Nigéria, como o país mais populoso da África e um importante parceiro comercial dos Estados Unidos, é um fator

substancial nas políticas atuais e futuras dos EUA no Atlântico Sul. A seção a seguir explorará em maior profundidade as políticas dos EUA na Nigéria.

## 2.5 Política dos Estados Unidos com relação à Nigéria

O ICS da Nigéria descreve o país como o parceiro mais estratégico para os Estados Unidos na África Subsaariana (ICS Nigeria, 2018, p.1). O ICS prossegue explicando como a população do país deve crescer para mais de 400 milhões até 2050 e descreve a posição da Nigéria como a maior economia do continente. O ICS também descreve as profundas divisões religiosas dentro do país e a violência subsequente que ocorreu como resultado. O quadro que o ICS efetivamente pinta em seus primeiros parágrafos é o quão vital a nação é para a região como um todo e, simultaneamente, quão precária é a situação do estado (p. 2).

O mais recente ICS disponível ao público foi aprovado e divulgado em setembro de 2018, sob a administração Trump. Ao abordar as prioridades dos EUA no país, o ICS delinea três metas da missão e oito objetivos associados. Os objetivos da missão incluem:

Apoiar instituições democráticas mais fortes, governança e respeito pelos direitos humanos; Aumentar o comércio e os investimentos mutuamente benéficos e fortalecer o capital humano para o crescimento econômico inclusivo da Nigéria e o desenvolvimento humano; e proteger contra ameaças de segurança às fronteiras e interesses dos EUA, e promover a unidade, paz e estabilidade da Nigéria (ICS NIGERIA 2018, p.4, tradução nossa).<sup>17</sup>

A meta 3 é o mais focado nos interesses da Segurança Nacional, mas não menciona o combate à influência da RPC na região. Considerando a prevalência e a força dos grupos extremistas

---

<sup>17</sup> No original, em inglês: “Support Stronger Democratic Institutions, Governance, and Respect for Human Rights; Increase Mutually Beneficial Trade and Investment, and Strengthen Human Capital for Inclusive Nigerian Economic Growth and Human Development; and Protect Against Security Threats to U.S. Borders and Interests, and Further Nigerian Unity, Peace, and Stability” (tradução nossa)

islâmicos operando em toda a Nigéria, o Objetivo da Missão é compreensivelmente orientado para o combate desses grupos e a prevenção de novos conflitos desestabilizadores no país (p. 9).<sup>18</sup> Tal como acontece com as estratégias no Brasil e na Argentina, a ausência de uma Meta ou um Objetivo da Missão diretamente focado na competição global com a RPC ilumina os esforços substanciais que ainda restam para vincular a política de nível tático aos objetivos estratégicos do INSSG.

Para uma compreensão mais atualizada das prioridades dos EUA na Nigéria, podemos olhar para a ligação de março de 2021 entre o Secretário Blinken e o Ministro das Relações Exteriores da Nigéria, Geoffrey Onyeama (1956 -). Durante esta chamada, o secretário Blinken destacou o papel fundamental da Nigéria na segurança regional, bem como a importância da nomeação de um nigeriano como o novo diretor da Organização Mundial do Comércio (Porta-voz do DOS, 2021). O Secretário Blinken também participou de um Evento Virtual de Parceria de Saúde entre os Estados Unidos e a Nigéria, que destacou os esforços conjuntos de ambos os países para combater a COVID-19, bem como várias outras doenças infecciosas que historicamente ocorreram na região da África Ocidental (BLINKEN, 2021).

Economicamente, os Estados Unidos e a Nigéria operam sob um Acordo de Comércio e Investimento, que foi assinado em 2000. De acordo com os dados mais recentes disponíveis do USTR, os EUA e a Nigéria trocaram aproximadamente USD\$ 10,4 bilhões em bens e serviços em 2019. Essa troca resultou na Nigéria como o 54º maior parceiro comercial de bens dos EUA. Apesar da classificação geral relativamente baixa da Nigéria como parceiro comercial, eles são o segundo maior parceiro comercial dos EUA e o terceiro maior receptor de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) dos EUA na África (De acordo com os mesmos dados, a África do Sul, outra nação do Atlântico Sul,

---

<sup>18</sup> O Estado Islâmico na África Ocidental (ISIS-WA) e o Boko Haram são os dois principais grupos extremistas islâmicos que operam na Nigéria. Esses grupos continuam a representar um desafio para a soberania do estado da Nigéria e podem ser capazes de exportar suas capacidades para vizinhos regionais e outros interesses dos EUA na região.

é o maior parceiro comercial dos EUA no continente. A África do Sul e as Ilhas Maurício também estiveram à frente da Nigéria para o IDE dos EUA durante este período.) (USTR Nigeria, 2019).

Apesar das quedas substanciais nas importações dos EUA de produtos petrolíferos da Nigéria desde 2015, a Nigéria continua a ser um fornecedor importante para os EUA. De acordo com dados de 2020 da Administração de Informação de Energia dos EUA, a Nigéria é o 12º maior fornecedor de produtos petrolíferos para os EUA e o maior fornecedor do continente africano (U.S. E.I.A., 2020). Os Estados Unidos também se beneficiam do acesso ao petróleo do Golfo da Guiné através da Nigéria por meio da *Africa Growth and Opportunity Act (AGOA – na sigla em inglês)*. Considerando os fatores econômicos acima, os EUA consideram a Nigéria um portal viável para expandir o comércio nas regiões subsaariana e da África Ocidental (CRS Nigeria, 2019, p. 18). No geral, é evidente que os EUA têm um interesse substancial em manter o acesso contínuo aos mercados nigeriano e outros mercados da África Ocidental, especialmente porque a população da Nigéria continuará a crescer nas próximas décadas.

A cooperação de defesa e segurança dos EUA com a Nigéria é fortemente enviesada no sentido de garantir que as forças de segurança nigerianas sejam capazes de manter a segurança e a estabilidade dentro da Nigéria e da região. De acordo com o Departamento de Estado dos EUA, o gasto total dos EUA com assistência à segurança para a Nigéria desde 2017 é de quase USD\$ 650 milhões. Este total inclui a entrega iminente de doze aeronaves A-29 Super Tucano, que fazem parte do programa *Foreign Military Sales (FMS - na sigla em inglês)* (Porta-voz do DOS, 2021). Os EUA também solicitaram aproximadamente USD\$ 800.000 em financiamento do IMET para o ano fiscal de 2019, tornando a Nigéria um dos maiores parceiros do IMET na África subsaariana (CRS Nigeria, 2019, p. 22).

Os EUA continuam a despender esforços e capital substanciais para melhorar a capacidade dos serviços de segurança da Nigéria para combater a crescente instabilidade e a pirataria no Golfo da Guiné. Além do treinamento acima, os EUA também participam de vários exercícios

militares bilaterais e multinacionais com a Nigéria (DOS Nigeria, 2021). Incluído nestes exercícios está o *Obangame Express*, um exercício de 32 nações que inclui a participação de muitas outras nações do Atlântico Sul para melhorar a segurança regional no Golfo da Guiné<sup>19</sup>. O *Obangame Express 2021* ocorreu em março de 2021, e sua retomada destacou o compromisso e a preocupação dos EUA com a região, apesar da contínua pandemia de COVID-19 (AFRICOM, 2021).

## **2.6 Observações finais sobre a política dos EUA na região**

Tendo uma visão holística das políticas acima, desde o INSSG até a execução individual do país por meio do ICS, os Estados Unidos mantêm interesses substanciais na região do Atlântico Sul. Destilando esses interesses diversos em conceitos mais digeríveis, concluímos que é do interesse dos Estados Unidos manter seu acesso aos vastos mercados econômicos do Atlântico Sul. Este acesso é garantido principalmente pelos compromissos diplomáticos e de segurança executados pelas várias entidades governamentais dos EUA. Também podemos concluir que, embora o INSSG seja claro em sua preocupação com o papel do RPC, as políticas subordinadas ainda não refletem completamente essa ênfase ou preocupação. O capítulo seguinte destacará algumas das atividades malignas da RPC nos países discutidos acima. Essa discussão servirá para chamar a atenção para como os interesses dos EUA na região estão sendo prejudicados e estabelecer as bases para futuras discussões sobre estratégias potenciais para enfrentar a situação de maneira eficaz.

---

<sup>19</sup> Obangame Express é um dos três exercícios regionais da série “Express” do AFRICOM liderados pela 6ª Frota dos Estados Unidos. O exercício é o maior exercício marítimo multinacional na África Ocidental e foi concebido para melhorar a cooperação regional e a segurança marítima na região. A Obangame Express teve início em 2009 (dois anos após a criação do AFRICOM) (U.S. 6TH FLEET).



### **3 ESFORÇOS DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA (RPC) NA REGIÃO DO ATLÂNTICO SUL**

Este capítulo abordará os esforços estratégicos da RPC para obter influência em todo o Atlântico Sul. Para entender a importância estratégica geral da China com relação às políticas dos EUA, é útil retornar ao INSSG:

Em muitas áreas, os líderes da China buscam vantagens injustas, se comportam de forma agressiva e coercitiva e minam as regras e valores no cerne de um sistema internacional aberto e estável. Quando o comportamento do governo chinês ameaçar diretamente nossos interesses e valores, responderemos ao desafio de Pequim (INSSG, 2021, p.20).<sup>20</sup>

Para gerenciar com eficácia o escopo da discussão, nos concentraremos especificamente nos esforços da RPC com relação ao Brasil e à Argentina, bem como dar uma olhada completa nos esforços da RPC para obter uma pegada comercial estratégica e talvez militar no Golfo de Guiné. O capítulo destacará projetos ou ações específicas realizados pelo RPC em cada país que, em última análise, servem para aumentar a influência ou o alcance global da RPC.

#### **3.1 Esforços da República Popular da China (RPC) no Brasil**

A RPC realizou uma expansão diplomática, econômica e militar para países em toda a América Latina desde aproximadamente 2001. Entre 2002 e 2020, o comércio total entre toda a América Latina e a RPC expandiu de USD\$ 18 bilhões para USD\$ 315 bilhões. Durante este período, a RPC aumentou substancialmente sua importação de produtos vitais, como minérios, soja, combustíveis minerais, carne e cobre (CRS PRC, 2021, p.1).

---

<sup>20</sup> “In many areas, China’s leaders seek unfair advantages, behave aggressively and coercively, and undermine the rules and values at the heart of an open and stable international system. When the Chinese government’s behavior directly threatens our interests and values, we will answer Beijing’s challenge” (INSSG 2021, p.20)

O relacionamento do Brasil reflete o padrão geral em toda a América Latina, e a RPC agora recebe aproximadamente um terço das exportações totais do Brasil. A RPC é o parceiro comercial número um do Brasil desde 2009, e esse comércio é fortemente dominado pela exportação de soja, produtos de petróleo e minério de ferro brasileiros (THE WILSON CENTER, 2020). O Brasil e a RPC são ambos membros do grupo informal, mas altamente influente do BRICS <sup>21</sup>, e agora estão no que poderia ser definido como uma situação econômica mutuamente dependente. No entanto, a importação de bens agrários e minério de ferro da RPC ajudou a sustentar a economia brasileira durante a pandemia COVID-19, indicando que o Brasil pode depender ainda mais da RPC. Essa confiança proporcionou à RPC uma posição de negociação desproporcional e permitiu que as empresas estatais da RPC (*SOEs* – na sigla em inglês) realizassem aproximadamente 145 projetos separados em todo o Brasil com foco em infraestrutura, energia, agricultura e transporte, entre outros (STUDARD E MEYERS, 2021, p.1).

Um dos principais projetos que destaca os esforços da RPC no Brasil é a aquisição do terminal portuário mais lucrativo do Brasil e o segundo maior terminal de contêineres; no porto de Paranaguá, no Estado do Paraná. Em 2017, a China Merchants Port Holdings Co Ltd (CMPort), uma SOE da RPC, adquiriu 90% do porto de Paranaguá, no sul do Brasil, um negócio no valor de quase USD\$ 1 bilhão. A mudança foi a primeira aquisição da CMPort na América Latina, e a CMPort indicou na época que o porto serviria como futuro centro de comércio entre o Brasil e a RPC (LOUPOVA PORT TODAY, 2017). Paranaguá é um nó-chave nas exportações agrícolas do Brasil, e os investimentos e melhorias da CMPort no porto e nos terminais do entorno resultaram em um aumento de 12,7% na movimentação total entre 2019 e 2020 (MARCON PORT LOGISTICS, 2021).

Os benefícios econômicos desta aquisição são óbvios para a RPC e o Brasil. O que é menos óbvio, entretanto, são os potenciais consequências adicionais da aquisição. A CMPorts, que é

---

<sup>21</sup> BRICS é um acrônimo para o fórum informal de economia e coordenação para as nações do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

o maior operador portuário público da RPC, foi nomeada pela Forbes em 2017 como uma das oito empresas que conduzem a “Nova Rota da Seda”. Em 2016, Bai Jingtao, então diretor administrativo da empresa controladora da CMPorts, China Merchants Group Limited, afirmou que o plano de desenvolvimento da empresa "espelhava" os planos estabelecidos na *Belt and Road Initiative (BRI – na sigla em inglês)* (FORBES, 2017).<sup>22</sup>

Além disso, em 2020, a CMPort nomeou Deng Renjie para suceder a Fu Gangfeng como diretor executivo e presidente do conselho. Deng atua simultaneamente como vice-presidente do China Merchants Group Limited e anteriormente ocupou cargos dentro do governo da RPC como consultor no Escritório Geral do Ministério dos Transportes, secretário-geral adjunto da principal província de Hunan e secretário-geral adjunto do comitê do partido da Região Autônoma de Xingjian Uyghur (CONTAINER MANAGEMENT, 2020). Tal como acontece com outras empresas estatais da RPC, é evidente que a liderança do CMPort tem laços profundos com o governo da RPC, bem como com o *Partido Comunista da China (PCC)*.

Projetos como o Porto de Paranaguá destacam que, sem cooptar formalmente o Brasil na BRI, a RPC efetivamente ganhou o controle de um dos portos mais lucrativos e talvez estratégicos do Atlântico Sul. Além disso, o enorme impulso econômico e de infraestrutura da RPC no Brasil não está de forma alguma limitado à aquisição do Porto de Paranaguá. Também preocupante é a aquisição em 2016 de investimentos consideráveis no setor hidrelétrico do Brasil pela empresa China Three Gorges (CTG), bem como empreendimentos substanciais pela China State Grid (empresa nacional de energia) para ganhar participações notáveis no mercado de eletricidade brasileiro (STUDARD e MEYERS, 2021, p.3). Em fevereiro de 2021, a CTG controlava 17 das 48 usinas hidrelétricas do Brasil e havia entrado no mercado de energia eólica adquirindo 11 parques eólicos (NUGENT e CAMPELL, 2021).

---

<sup>22</sup> Consulte o Anexo D para uma descrição mais completa da *Belt and Road Initiative (BRI)*

Combinado com outras aquisições e esforços da RPC nas áreas de fabricação e infraestrutura de rede celular, é evidente que a RPC está sistematicamente ganhando uma posição de barganha substancial no país. Dadas as tendências atuais, o Brasil se verá cada vez mais economicamente dependente de seu relacionamento com as estatais da RPC e, portanto, com o próprio governo da RPC. Os Estados Unidos dependem fortemente do Brasil para seu envolvimento no cenário mundial e, principalmente, como ator internacional responsável na região do Atlântico Sul. Grande parte desse envolvimento é impulsionado pelo forte senso de independência e soberania do Brasil, que poderia ser degradado por um envolvimento maior com as estatais da RPC.

### **3.2 Esforços da República Popular da China (RPC) na Argentina**

Em comparação com suas atividades no Brasil, os esforços da RPC na Argentina foram substancialmente mais ousados e talvez ainda mais prejudiciais à soberania nacional e à ordem baseada em regras. Como no Brasil, a RPC fez incursões substanciais na economia argentina e substituiu o Brasil como parceiro comercial número um da Argentina em 2020 (DIALOGO CHINO, 2020). Como no Brasil, as estatais da RPC estão liderando os esforços para aumentar o acesso da RPC aos mercados argentinos, especialmente no campo da agricultura. Em 2021 ou 2022, a *Shanghai Dredging Company*, subsidiária da *China Communications Construction Company (CCCC)*, licitará uma concessão para dragar, alargar e manter a hidrovia Paraná-Paraguai.

A hidrovia Paraná-Paraguai é uma artéria econômica importante da América Latina e movimenta aproximadamente 75% do comércio exterior da Argentina, principalmente soja e grãos. A *COFCO*, outra estatal da RPC focada na importação e exportação de grãos, também se posicionou como a maior exportadora de produtos agrícolas argentinos (DIALOGO CHINO, 2020). A aquisição dos direitos de dragagem e manutenção para esta hidrovia, combinada com a participação de mercado

agrícola existente da *COFCO*, equivaleria a uma integração quase vertical do mercado de exportação de soja e outros produtos que são vitais para a economia da RPC. Se a *Shanghai Dredging Company* e sua controladora *CCCC* obtiverem os direitos de expandir e manter a hidrovia, a Argentina, bem como outras nações que dependem dessa hidrovia, podem ser forçados a ceder quantidades sem precedentes de soberania às SOEs da RPC. Para um exemplo de como a RPC atualmente explora a soberania argentina, é útil examinar também outro acordo-chave feito entre as duas nações.

Desde 2013, a RPC vem construindo e operando exclusivamente uma estação espacial na Argentina. Esta estação, localizada em Neuquén, Patagônia, perto da fronteira com o Chile, foi estabelecida sob um opaco acordo de 50 anos com o governo da então presidente argentina Cristina Fernández de Kirchner em 2014. A estação é operada exclusivamente pela *China Satellite Launch and Tracking Control General (CLTC – na sigla em inglês)*, que se reporta diretamente à *Força de Apoio Estratégico (SSF – na sigla em inglês)* do *Exército de Libertação Popular da RPC (PLA – na sigla em inglês)*.<sup>23</sup> Vários artigos específicos do acordo fornecem à RPC autonomia sem precedentes na instalação e permitem que a RPC opere a instalação sem supervisão ou qualquer forma de compensação financeira ao governo da Argentina (WATSON-LYNN, 2020).

A RPC afirma que a instalação de Neuquén é orientada para objetivos pacíficos e foi fundamental para o recente pouso da RPC de uma aeronave não tripulada no lado escuro da Lua. Apesar de reformular o acordo em 2016 para estipular que a instalação seja usada exclusivamente para fins pacíficos, a Argentina não mantém nenhum mecanismo de fiscalização. Fisicamente, a antena de 16 andares de altura e 35 metros de largura é hipoteticamente capaz de realizar reconhecimento em outros satélites estrangeiros, além de outras atividades espaciais específicas para militares (REUTERS, 2019). No entanto, a incapacidade do governo argentino, muito menos de entidades externas, de invalidar essa preocupação atrai suspeitas internacionais.

---

<sup>23</sup> Consulte o Anexo E para uma discussão mais detalhada do PLA SSF

Negociações opacas, como o acordo para a instalação de Neuquén, não são a única maneira pela qual a RPC está minando a soberania do Estado argentino, bem como desrespeitando as normas internacionais aceitas. Um relatório de junho de 2021 do grupo sem fins lucrativos Oceana usou informações do *Sistema de Identificação Automática (AIS - na sigla em inglês)* publicamente disponíveis para determinar a extensão potencial da Pesca Ilegal, Não Declarada e Não Regulada (IUU – na sigla em inglês) ocorrendo perto dos limites ou dentro da *Zona Econômica Exclusiva (ZEE)* de 200 milhas náuticas (MN) da Argentina.<sup>24</sup> O relatório detalha que entre janeiro de 2018 e abril de 2021, cerca de 800 navios de pesca realizaram atividades de pesca dentro de 20MN da fronteira da ZEE. Dentro do período de tempo estudado, Oceana também determinou que havia mais de 6.000 casos de embarcações “escurecendo” ao desligar seu AIS e, potencialmente, cruzando para dentro da ZEE argentina para realizar a pesca ilegal de lulas de atum argentino premiadas, entre outras espécies. Além disso, aproximadamente 66% dos vasos "escuros" foram determinados como sendo de origem chinesa (OCEANA, 2021, p.1).

Determinar a propriedade precisa da frota de *Pesca em Águas Distantes (DWF - na sigla em inglês)* da RPC é particularmente difícil devido ao uso de bandeiras de conveniência, bem como estruturas corporativas opacas. No entanto, a China National (Overseas) Fishing Corporation (CNFC) mantém a maior frota de arrastões de pesca para operações no exterior (GUTIEREZ ET AL, 2020, p.24). As práticas de pesca predatória da RPC foram bem documentadas em outras partes do mundo, no entanto, a situação argentina é particularmente preocupante devido aos potenciais impactos ambientais da pesca excessiva desenfreada, bem como os impactos econômicos do esgotamento dos estoques pesqueiros vitais para as comunidades locais.

Embora as frotas da RPC não fossem o único país envolvido em tais práticas, as embarcações da RPC foram responsáveis pela maioria dos eventos AIS “obscuros” por uma margem

---

<sup>24</sup> Consulte o Anexo F para obter informações adicionais sobre a Convenção da ONU de 1982 sobre o Direito do Mar

substancial (OCEANA, 2021, p.6). Além disso, o Ministério das Relações Exteriores da Noruega publicou um relatório do Índice de Pesca IUU em 2019. Este relatório usou uma combinação de 40 indicadores separados e determinou que a RPC era o país com pior desempenho geral, agregado por responsabilidade, de 152 países estudados, agravando ainda mais as preocupações sobre as violações da soberania da RPC por suas frotas DFW (MACFADYEN ET AL, 2019, p.27).

A violação persistente da soberania argentina pelos DFWs da RPC mais uma vez destaca os riscos substanciais para permitir que a RPC exerça influência descontrolada na região do Atlântico Sul. A prática, se permitida a continuar, quase certamente se espalhará para outras regiões, à medida que os cardumes de peixes existentes no litoral argentino venham a se esgotar.

### **3.3 Esforços da República Popular da China (RPC) no Golfo da Guiné**

Ao contrário das seções anteriores, a presente seção examinará o que já foi realizado e os principais projetos em andamento pela RPC em vários países do Golfo da Guiné (Figura 7). A RPC considera o Golfo da Guiné como uma região estratégica e seus esforços ali refletem essa classificação. A RPC tem buscado uma combinação dinâmica de investimento em infraestrutura terrestre e marítima, bem como a possibilidade de garantir uma base naval dedicada para permitir uma presença militar permanente no Atlântico Sul. Alguns desses projetos ameaçam os interesses dos EUA na região quando considerados como parte da estratégia maior da RPC para obter acesso. Outros ainda, como uma base naval potencial da RPC no Atlântico Sul, ameaçam diretamente os interesses dos EUA e a estabilidade regional.

Um dos esforços mais prolíficos da RPC em toda a África tem sido o uso de empresas estatais para a construção de instalações dos governos dos países africanos. Este tipo de construção fornece à RPC um acesso sem precedentes às instalações, algumas das quais incluem redes de

comunicações fornecidas pela RPC que permitem a comunicação entre governos africanos díspares. Em 2018, o jornal francês *Le Monde*, bem como o *Financial Times*, confirmou que a RPC instalou aparelhos de escuta em toda a nova sede da União Africana construída pela RPC, na Etiópia. Além disso, a rede de comunicações fornecida pela RPC na instalação estava realizando um backup diário de todas as informações dos servidores para servidores baseados em Xangai (HERITAGE, 2020, p. 1, 4).

De acordo com os dados recolhidos pela Fundação Heritage em 2020, as SOEs da RPC construíram mais de nove instalações governamentais em quatro países específicos na região da Bacia do Golfo da Guiné. Em Angola, as empresas estatais da RPC construíram 15 instalações separadas, quatro das quais a nível ministerial ou presidencial. Em Gana, o número de instalações é de 11, incluindo quatro instalações ministeriais ou presidenciais. Serra Leoa utilizou as empresas estatais da RPC para a construção de nove edifícios, incluindo o quartel-general do Exército, o Congresso, o Parlamento, o Ministério das Relações Exteriores e dois laboratórios de biossegurança ou de doenças infecciosas tropicais. Os esforços do RPC na Guiné Equatorial incluem a construção de 11 edifícios: incluindo sete instalações de nível ministerial ou presidencial, bem como duas instalações da sede de petróleo ou gás natural. Dos 14 países restantes na Bacia do Golfo da Guiné, a RPC construiu entre uma e cinco instalações governamentais em cada país (HERITAGE, 2020, p.13-19).

Da mesma forma que no Brasil e na Argentina, a RPC alavancou as empresas estatais para garantir uma infraestrutura marítima valiosa no Golfo da Guiné. No entanto, a comparação dos esforços diverge substancialmente ao avaliar a escala de investimentos e operações que as estatais têm realizado na região do Golfo da Guiné. Em junho de 2019, o *Center for Strategic and International Studies* (CSIS) informou que as entidades da RPC eram operadoras de sete portos distintos na África Ocidental e Central.<sup>25</sup> As entidades da RPC mencionadas também foram

---

<sup>25</sup> O relatório do CSIS de 2019 indica que as entidades da RPC operam dois portos na Nigéria, um na Serra Leoa, um nos Camarões, um na Cote d'Ivoire, um no Togo e outro na República Democrática do Congo (CSIS, 2019, P.4-8).



financiadoras e construtoras de cinco desses sete portos. Quando se discute apenas financiamento e construção, o número de portos com envolvimento da RPC na África Ocidental e Central aumenta para mais de vinte no total. A pesquisa também determinou que havia 18 SOEs específicas envolvidas no desenvolvimento de portos africanos, sendo o principal deles o *CCCC* e o *China Merchants Group Limited*, ambos ativos nos projetos anteriores mencionados no Brasil e na Argentina (CSIS, 2019, p. 4-8).

Das infraestruturas marítimas mencionadas, pelo menos dois portos na República Democrática do Congo (RDC) e em São Tomé e Príncipe foram anteriormente visitados por um navio da Marinha do *Exército de Libertação Popular da RPC [PLA(N) – na sigla em inglês]*. Quatro portos adicionais na Nigéria, Serra Leoa, Togo e na RDC são portos de águas profundas que poderiam servir como instalações de uso duplo que poderiam suportar navios maiores da PLAN (CSIS, 2019, p. 8). Essas instalações fornecem à RPC, e potencialmente ao PLA(N), acesso próximo às principais rotas marítimas. Além disso, no caso dos portos operados por SOEs da RPC ou outras entidades, a RPC poderia hipoteticamente impedir o acesso de navios dos EUA que pretendam atracar nos portos.

Embora os portos comerciais de uso duplo ou controlados pela RPC sejam motivo de preocupação para os interesses dos EUA na região do Golfo da Guiné, o potencial para o estabelecimento de uma base logística permanente e dedicada do PLANO da RPC é uma ameaça muito mais presente. O Relatório de Força Militar da China em 2020 do DOD dos EUA destaca que a RPC pode estar considerando Angola, entre outros países, como um local potencial para uma instalação de logística militar no exterior (DOD PRC MILITARY POWER, 2020, p.129). A RPC financiou três portos no total em Angola e construiu dois desses três. Destes, os portos de Cabinda e Caio podem potencialmente apoiar operações militares (CSIS, 2019, p. 8). No entanto, não houve anúncios públicos ou informações adicionais sobre o potencial uso militar de quaisquer instalações angolanas pelo PLA. As obras no porto de águas profundas de Caio foram retomadas em janeiro de

2020, após um atraso de quase dois anos em relação à dívida pendente com a China Road and Bridge Corporation (CRBC), uma subsidiária da CCCC (GAMBETA NEWS, 2021).

De todos os países do Golfo da Guiné, Angola é o país sobre o qual a RPC tem maior influência política e económica. Em março de 2021, um banco de dados mantido pela Escola de Estudos Internacionais Avançados da Universidade Johns Hopkins da Iniciativa de Pesquisa da China na África indicava que Angola mantinha 256 empréstimos pendentes para a RPC, no valor de aproximadamente USD\$ 42,6 bilhões. Este é o maior de todos os empréstimos totais a qualquer nação africana pela RPC e demonstra um exemplo claro de quanta influência a RPC mantém sobre o país (SAIS-CARI, 2021).

No Sri Lanka, e em menor medida no Djibouti, a RPC já demonstrou disposição de alavancar a dívida pendente para garantir o acesso a instalações militares e de dupla utilização, alavancando a dívida pendente (CRS PRC AFRICA, 2019). A possibilidade de a RPC prosseguir tal ação em Angola, ou em outro país do Golfo da Guiné, não pode ser descartada e representa uma oportunidade potencial de desestabilização e militarização do Atlântico Sul.

### **3.4 Considerações finais sobre os esforços da RPC na região do Atlântico Sul**

O capítulo seguinte delineará como os EUA podem refinar os processos de política, encorajar o desenvolvimento económico regional responsável e duradouro e ajudar a fortalecer as instituições regionais contra influências externas malignas. A soma desses esforços ajudará a diminuir a lacuna entre os objetivos do INSSG e a execução atual e a garantir que o Atlântico Sul continue sendo uma região pacífica, democrática e próspera.

## **4.0 RECOMENDAÇÕES PARA A POLÍTICA DOS EUA NO ATLÂNTICO SUL**

O capítulo dois deste trabalho demonstrou os estados finais descritos no INSSG e como esses esforços estão, ou não, sendo efetivamente realizados pelos EUA no Atlântico Sul. O capítulo três descreveu apenas uma amostra das medidas que estão sendo tomadas na região pela RPC, a competição global declarada dos EUA. A justaposição desses dois capítulos destacou uma lacuna clara entre o que os EUA esperam realizar e o que está sendo realizado atualmente no Atlântico Sul. Este capítulo delineará como os EUA podem refinar os processos de política, incentivar o desenvolvimento econômico regional responsável e duradouro e ajudar a fortalecer as instituições regionais contra influências externas malignas. A soma desses esforços ajudará a fechar a lacuna entre os objetivos do INSSG e a execução atual, e garantir que o Atlântico Sul continue sendo uma região pacífica, democrática e próspera.

### **4.1 Alinhe a estratégia e reduza as barreiras**

A Estratégia de Segurança Nacional de um presidente, ou, neste caso, o INSSG, é o documento fundamental que orienta toda a política de segurança nacional dos Estados Unidos durante a administração daquele presidente. Todas as organizações de segurança nacional subordinadas usam o INSSG para formular suas políticas derivadas para seus respectivos departamentos, regiões e países. No entanto, não há um período específico no qual essas organizações devam divulgar suas políticas e estratégias renovadas para refletir as do INSSG. Esse intervalo de tempo entre a liberação do INSSG e o alinhamento das estratégias derivadas pode ter impactos duradouros na eficácia geral da implementação da Estratégia. No caso da região do Atlântico Sul, o Capítulo Dois demonstrou que as estratégias dos Escritórios Regionais do Departamento de Estado, Comandos Geográficos de

Combate do DOD e Estratégias Integradas de Países individuais não refletem completamente as prioridades delineadas no INSSG.

Além disso, digno de nota das políticas díspares discutidas no Capítulo Dois, são as diferenças sutis, embora perceptíveis, na linguagem ao discutir as prioridades organizacionais. Entre as distintas organizações e suborganizações discutidas, há pelo menos sete frases ou palavras separadas usadas para discutir as prioridades organizacionais: *tópicos-chave*, *objetivos centrais*, *prioridades principais*, *áreas de enfoque*, *linhas principais de esforço* e *Metas da Missão*. Embora não possamos tirar conclusões definitivas sobre a eficácia organizacional apenas a partir dessas escolhas gramaticais, é notável que departamentos individuais ou COCOMs dentro do mesmo departamento não usam a mesma linguagem ao descrever suas prioridades regionais. Como tal, é concebível que esses Departamentos, Escritórios e COCOMs possam ter dificuldade em formular uma estratégia regional que compartilhe um vocabulário comum e transponha as preocupações entre suas respectivas regiões.

A fim de abordar as questões declaradas acima, os EUA devem tomar duas ações políticas específicas com relação à sua arquitetura de segurança nacional. A primeira é delinear janelas de tempo específicas nas quais as agências subordinadas devem alinhar suas políticas com o INSSG. Embora difícil, esse alinhamento deve ocorrer em intervalos de 30, 60 e 90 dias a partir do lançamento de um NSS. Dentro de 30 dias, as instituições de segurança nacional em nível de gabinete devem ser obrigadas a divulgar suas estratégias derivadas. Todos os escritórios funcionais e regionais, departamentos e Comandos Combatentes deverão então ser solicitados a divulgar suas próprias orientações 30 dias subsequentes, ou 60 dias após a liberação do INSSG. Finalmente, cada equipe do país deve ser responsável por divulgar as estratégias integradas do país atualizadas no prazo de 90 dias a partir do lançamento do INSSG. Essa janela de 90 dias, embora ambiciosa, acabará por forçar as respectivas instituições a tomar decisões lógicas e priorizadas sobre suas estratégias e recursos em um prazo que lhes permita operar com eficácia para o restante da Administração.

A segunda recomendação seria que as instituições da arquitetura de segurança nacional adotassem uma linguagem comum e simples ao discutir suas prioridades. Um vocabulário comum impediria cada instituição de sentir que deve reformular ou aprimorar políticas e estratégias superiores em um esforço para se diferenciar. Esse vocabulário compartilhado também ajudaria a permitir que as organizações atendessem aos cronogramas de alinhamento de estratégia estabelecidos na primeira recomendação. Além disso, facilitaria discussões mais fluidas e naturais entre departamentos com culturas e práticas institucionais muito diferentes.

Especificamente com relação à região do Atlântico Sul, as instituições de segurança nacional dos EUA devem tentar reduzir as barreiras geográficas burocráticas que impedem a coordenação regional. Um relatório de 2021 sobre o Conselho de Segurança Nacional do Serviço de Pesquisa do Congresso destacou que há um sentimento de que a falta de coordenação e sincronização interagências impediu os EUA de consolidar ganhos táticos e traduzi-los em efeitos operacionais e estratégicos (CRS NSC 2021, p.9). O Capítulo Dois destacou o grande número de agências que formulam políticas e estratégias para o Atlântico Sul. Também vimos como a arquitetura de segurança nacional dos EUA é dividida principalmente em linhas geográficas específicas. O Atlântico Sul é uma região única, que abrange o hemisfério ocidental e o subcontinente africano. O resultado é uma abordagem fragmentada e isolada dos EUA para a segurança regional na região do Atlântico Sul.

Para enfrentar esse desafio, os Estados Unidos devem realizar uma revisão interagências da região do Atlântico Sul. Os resultados desta revisão podem então ser incorporados a uma estratégia regional divulgada por meio de uma Diretiva Presidencial de Segurança Nacional (NSPD – na sigla em inglês), estabelecendo o Atlântico Sul como uma região de interesse convincente para os Estados Unidos. Uma estratégia regional, impulsionada por um NSPD, seria a ferramenta mais eficaz para integrar a multiplicidade de agências dos EUA com interesse no Atlântico Sul.

Essas ferramentas têm se mostrado eficazes para criar uma estratégia interinstitucional coerente para a região do Ártico, que abrange ainda mais departamentos regionais e subseções da

arquitetura de segurança nacional dos EUA. Em 2009, o presidente George W. Bush (1946 - ) lançou o NDSP-66, que estabeleceu uma política básica dos EUA para a região e descreveu os interesses de segurança nacional dos EUA dentro dela. Sob o presidente Barack Obama (1961 - ), o NDSP-66 foi complementado por uma Estratégia Nacional de 2013 para a Região Ártica e uma Ordem Executiva de 2015 para Melhorar a Coordenação dos Esforços no Ártico (CRS ARCTIC, 2021, p.7-8).

Esses esforços de política do Ártico resultaram em uma abordagem geral melhorada dos interesses de segurança nacional dos EUA no Ártico e demonstraram a utilidade das estratégias regionais impulsionadas pelo NDSP para forçar a coordenação entre agências em questões regionais complexas. Um NDSP semelhante e uma estratégia regional para o Atlântico Sul ajudariam a integrar as várias repartições, COCOMs e parceiros interagências com foco no hemisfério ocidental, na África subsaariana e nos bens comuns globais intermediários.

#### **4.2 Competindo com os esforços econômicos e políticos da RPC no Atlântico Sul**

Diante dos enormes investimentos econômicos e políticos das SOEs da RPC e da BRI, os Estados Unidos devem se esforçar para demonstrar que são um parceiro alternativo viável e confiável para as nações do Atlântico Sul. Para conseguir isso, os Estados Unidos devem reconhecer nacionalmente os desafios globais da RPC e tomar as medidas legislativas apropriadas, como a aprovação da Lei EAGLE, para obrigar a um esforço governamental como um todo. Posteriormente, para competir no nível da RPC e sua vasta rede de SOEs, os EUA devem apoiar e aprimorar novos elementos do poder econômico nacional, como a U.S. International Development Finance Corporation (DFC).

Uma ação legislativa que pode ter um impacto substancial na capacidade dos EUA de competir globalmente com a RPC é a Lei de Garantia de Liderança e Engajamento Global Americano

(EAGLE)<sup>26</sup>. A Lei EAGLE foi introduzida pelo Representante Gregory W. Meeks, Presidente do Comitê de Relações Exteriores da Câmara dos Representantes em maio de 2021. A lei foi posteriormente aprovada pelo Comitê de Relações Exteriores em 15 de julho de 2021 e prosseguiu para a Câmara maior para mais debate. De acordo com um comunicado de imprensa do Comitê de Relações Exteriores, a Lei EAGLE “revigora as instituições americanas e a competitividade em casa e a diplomacia norte-americana no exterior para responder efetivamente ao desafio da China”<sup>27</sup> (U.S. HOUSE OF REPRESENTATIVES FOREIGN AFFAIRS COMMITTEE, 2021).

A lei inclui uma série de disposições para aumentar os recursos e pessoal do Departamento de Estado voltados para a RPC, estimular a competitividade estratégica e econômica dos EUA e melhorar a diplomacia econômica e a política dos EUA (U.S. HOUSE OF REPRESENTATIVES FOREIGN AFFAIRS COMMITTEE, 2021). Embora a lei não trate do Atlântico Sul regionalmente, ela trata de ações específicas a serem tomadas no Hemisfério Ocidental, bem como na África, para conter a influência da RPC. Para o hemisfério ocidental, a lei direciona um estudo interagências de 180 dias com o objetivo de resultar em uma estratégia plurianual para aumentar a competitividade econômica dos EUA. Disposições adicionais para o Hemisfério Ocidental incluem esforços para reduzir barreiras comerciais e não tarifárias nas Américas e “estruturas ou mecanismos para ver a sustentabilidade financeira de longo prazo e implicações de segurança de investimentos estrangeiros em setores ou serviços estratégicos, incluindo transporte, comunicações, recursos naturais, e energia”<sup>28</sup> (EAGLE Act HR 3524, 2021, p. 156-157).

Um aspecto-chave da Lei EAGLE no que diz respeito à África é o requisito de uma Avaliação de Inteligência de 180 dias sobre a extensão e o efeito dos investimentos diretos da RPC,

---

<sup>26</sup> “Ensuring American Global Leadership and Engagement (EAGLE) Act” (nossa tradução)

<sup>27</sup> No original, em inglês: “Reinvigorates American institutions and competitiveness at home and American diplomacy abroad to effectively respond to the China challenge” (nossa tradução)

<sup>28</sup> No original, em inglês: “Frameworks or mechanisms to view long term financial sustainability and security implications of foreign investments in strategic sectors or services, including transportation, communications, natural resources, and energy” (nossa tradução)

empréstimos, envolvimento de SOE, dívidas africanas à RPC e envolvimento militar oficial e não oficial da RPC e engajamento na região (p. 206). A lei também direciona o estabelecimento de uma estratégia com objetivos semelhantes aos delineados para o Hemisfério Ocidental e aumenta o pessoal nas embaixadas dos EUA na África Subsaariana com foco na RPC (p. 211). Essas seções representam apenas algumas das dezenas de ações autorizadas na Lei que promoveriam uma abordagem mais holística da competição estratégica com a RPC. A aprovação da Lei EAGLE, suas partes ou outra lei semelhante, daria aos EUA mais ferramentas para competir com a RPC em regiões como o Atlântico Sul.

Além de esforços legislativos como a Lei EAGLE, os Estados Unidos devem aprimorar e empregar efetivamente novos elementos do poder econômico e diplomático nacional. Um desses elementos é a U.S. International Development Finance Corporation (DFC). O DFC foi estabelecido em 2018 como uma resposta parcial dos EUA à BRI da RPC. O principal objetivo do DFC é promover o investimento privado em todo o mundo para apoiar a agenda geral de desenvolvimento dos EUA. O DFC tornou-se plenamente funcional em 2019, quando absorveu as funções da Overseas Private Investment Corporation (OPIC) e as funções específicas de desenvolvimento da USAID. A lei de 2018 que estabeleceu o DFC, a “Lei de Melhor Utilização dos Investimentos que levam ao Desenvolvimento de 2018” (BUILD Act), aumentou o limite de exposição para o DFC para um total de USD\$ 60 bilhões (CRS DFC, 2021, p.1).

Com a fé e crédito do governo dos EUA, o DFC pode agora fornecer empréstimos diretos e garantias para nações em desenvolvimento de até USD\$ 1 bilhão e pode fornecer investimento de capital direto em projetos específicos com uma margem de exposição de até 30% por projeto. Em seu primeiro ano de operação, o DFC relatou que seus novos compromissos de projeto totalizaram mais de USD\$ 4,8 bilhões (CRS DFC 2021, p.2). Conforme as operações do DFC continuam a amadurecer e crescer, os EUA devem continuar a fornecer financiamento adequado, bem como apoio para orientar com precisão os investimentos para fornecer o máximo retorno e ter o impacto desejado de competir



com a RPC. Embora o DFC não seja de forma alguma uma solução completa para os desafios apresentados pelos investimentos das SOE da RPC e da RPC no Atlântico Sul, é um primeiro passo positivo. Os EUA devem continuar a promover o DFC, bem como outros programas de desenvolvimento competitivo, equitativo e sustentável que podem ser usados para combater as influências e investimentos da RPC no Atlântico Sul.

### **4.3 Fortalecer Iniciativas Regionais**

O INSSG deixa claro em suas declarações que o multilateralismo e as instituições serão um ponto focal dos esforços de segurança nacional do governo Biden. No caso do Atlântico Sul, instituições multilaterais que englobam as nações do Hemisfério Ocidental e a União Africana são uma raridade. Enquanto o Hemisfério Ocidental possui a Organização dos Estados Americanos (OEA), e a África tem a União Africana (UA), as tentativas dessas duas instituições de colaborar têm sido bem-intencionadas, mas em grande parte esporádicas. Um Memorando de Entendimento sobre a promoção da democracia foi assinado por ambas as instituições em 2009, mas acabou resultando em poucos fóruns ou impactos duradouros (OEA, 2011).

Um relatório de 2021 da Heritage Foundation, um *think tank* conservador com sede nos EUA, propôs a criação de um "Atlantic Quint", modelado após o "Quad" na região indo-pacífica. O "Quad", formado pelos EUA, Austrália, Índia e Japão, surgiu dos esforços de recuperação para o tsunami do Oceano Índico de 2004, mas se transformou em um acordo informal para discutir as preocupações crescentes sobre o papel da RPC na região. O relatório da Heritage Foundation sugeriu que um "Quint do Atlântico" poderia incluir países como os EUA, Brasil, Colômbia, Marrocos, Nigéria e talvez a África do Sul para adesão. No entanto, essa instituição não existe hoje, e exigiria um compromisso internacional substancial e negociação para iniciar (HERITAGE, 2021, p.17).

No entanto, existe uma iniciativa multilateral no Atlântico Sul, que tem pelo menos alguma participação de nações de ambos os lados do Atlântico. A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), foi adotada por meio de Resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1986, sob a liderança do Brasil. A ZOPACAS foi originalmente projetada para evitar a proliferação de armas nucleares no Atlântico Sul, mas desde então se transformou em um fórum político-militar-econômico mais abrangente entre as nações do Atlântico Sul. O fórum ficou relativamente silencioso por vários anos, mas vários presidentes sucessivos do Brasil tentaram reavivar o entusiasmo pelo projeto (EURASIA REVIEW, 2015).

A ZOPACAS foi adotada pela primeira vez durante a 49ª reunião plenária da ONU em outubro de 1986. A resolução, designada A/RES/41/11, foi adotada com 124 estados votando a favor, um contra e oito estados se abstendo (ONU, 1986). Os Estados Unidos foram o único país a votar contra a declaração, citando o que eles acreditavam ser vários defeitos no documento. As principais preocupações declaradas incluíam uma definição inadequada das águas a serem cobertas e uma implicação de que seriam colocadas restrições ao livre acesso de navios de guerra ao Oceano Atlântico Sul. Os Estados Unidos, assim como muitos outros estados, tinham preocupações com a redação do Parágrafo Operativo Cinco da resolução, que endossava várias resoluções anteriores da ONU não apoiadas pelos Estados Unidos. As outras nações que se opuseram a esta parte da resolução declararam suas posições como tais em seus comentários e, em seguida, escolheram se abster ou votaram sim, mas com preocupação (ONU, 1986, p.47).

Embora a ZOPACAS ainda não seja uma instituição, ela inclui os principais países do Atlântico Sul e, em última análise, tem intenções nobres. Além disso, desde a adoção da resolução em 1986, a ZOPACAS não foi empregada para negar a liberdade de navegação a qualquer navio dos EUA, ou qualquer outra nação, no Atlântico Sul. Embora os EUA não tenham apoiado originalmente a resolução de adoção da ZOPACAS, eles poderiam e deveriam se envolver com o fórum agora para apoiar a única possível instituição regional viável. O envolvimento dos EUA com a ZOPACAS

poderia encorajar o uso responsável do Atlântico Sul e ajudar a prevenir a militarização da região por potências externas, particularmente a RPC. A RPC é capaz de alavancar e, às vezes, explorar instituições regionais fragmentadas ou fracas. O engajamento e o incentivo dos EUA podem ajudar a fortalecer a participação responsável na ZOPACAS e ajudar a moldar as discussões.

Além de fomentar instituições regionais competentes, os EUA podem ajudar estados individuais a fortalecer programas que afirmam e protegem sua própria soberania, de acordo com as leis internacionais aplicáveis. Estados com programas fortes que afirmam sua própria soberania nacional são menos suscetíveis a práticas econômicas predatórias. Um exemplo é o projeto Amazônia Azul no Brasil. O projeto Amazônia Azul foi iniciado pela Marinha do Brasil para definir claramente e, posteriormente, proteger mais de 5,7 milhões de quilômetros quadrados de águas territoriais, águas interiores, Zona Contígua e ZEE (MARINHA DO BRASIL, 2021).

Aproximadamente 95% do comércio externo do Brasil passa por essa região estratégica. Além disso, aproximadamente 95% dos recursos de petróleo do Brasil, 80% do gás natural e 45% dos estoques pesqueiros do Brasil são extraídos desta região. O Brasil também considera a proteção da rica biodiversidade dessa região de importância estratégica. O projeto Amazônia Azul já foi adotado pelo governo federal e está integrado aos documentos estratégicos de defesa do estado brasileiro (MARINHA DO BRASIL, 2021).

A Amazônia Azul estimulou um esforço de modernização da Marinha do Brasil, que busca diversos programas para melhorar sua capacidade de patrulhar a superfície e subsuperfície da Amazônia Azul e águas circundantes. A modernização também inclui um programa integrado de monitoramento das águas jurisdicionais. O Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz), integra dados de várias plataformas de superfície, subsuperfície, aéreas e espaciais para fornecer à Marinha do Brasil um quadro mais completo da atividade marítima ocorrendo em suas águas jurisdicionais (MARINHA DO BRASIL, 2021).

O capítulo três destacou os esforços da frota de pesca em águas distantes da RPC, entre outros, para explorar os recursos pesqueiros dentro da ZEE da Argentina. Em teoria, a Amazônia Azul e o SisGAAz impediriam que tal atividade ocorresse dentro da ZEE brasileira, protegendo assim a soberania brasileira e incentivando o Estado de Direito no Atlântico Sul. O Brasil tem buscado ainda programas para ajudar as nações africanas no Atlântico Sul a definir suas próprias águas jurisdicionais e delinear suas fronteiras de acordo com as leis internacionais aplicáveis (WIESEBRON, 2013, p.116).

A RPC e outros atores extrarregionais terão muito mais dificuldade em infringir a soberania dos Estados do Atlântico Sul que se afirmaram claramente de acordo com as leis internacionais e têm capacidade para administrar seu próprio território. A proliferação de conceitos como a Amazônia Azul garantiria que o Atlântico Sul continuasse uma área onde o estado de direito tem primazia e impediria a exploração por meio de práticas econômicas predatórias e opacas de estados extrarregionais como a RPC.

#### **4.4 Considerações finais para a estratégia dos EUA no Atlântico Sul**

Este capítulo procurou apresentar algumas ações políticas gerais e específicas que os Estados Unidos podem tomar para preservar seus interesses de segurança nacional na região do Atlântico Sul. A primeira etapa envolve o alinhamento das prioridades de segurança nacional derivadas com o INSSG, o que permitirá que as várias organizações de segurança nacional concentrem seus esforços. Em segundo lugar, os Estados Unidos devem definir claramente o Atlântico Sul como uma região de interesse e tomar as ações legislativas e políticas necessárias para demonstrar que a região é uma prioridade de segurança nacional. Finalmente, os Estados Unidos

devem fazer parceria com instituições regionais existentes e estados influentes para ajudar a fortalecer programas que incentivem o Estado de Direito e a soberania nacional.

O profundo e permanente interesse dos Estados Unidos no Atlântico Sul reside em sua capacidade de conduzir o comércio livre e aberto com os mercados em rápida expansão em toda a região. O livre fluxo desse comércio depende de a região permanecer uma área democrática, livre e estável, onde as leis internacionais são aceitas e incentivadas. O fracasso em se envolver ativamente com parceiros e instituições na região pode permitir a erosão desses fatores importantes e permitir que atores externos exerçam influência indevida em uma região-chave.

## 5 CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho, vimos como o Atlântico Sul é uma região onde os Estados Unidos mantêm interesses profundos e permanentes. O INSSG, distribuído pela Administração Biden, demonstra claramente que os Estados Unidos consideram a competição global com a RPC sua prioridade número um. O Atlântico Sul é uma região onde a RPC está investindo pesadamente para ganhar influência e, em alguns casos, propriedade total sobre as economias emergentes. A relativa paz e estabilidade do Atlântico Sul não pode ser tomada como garantida e requer investimentos ativos e liderança democrática para gerenciá-la.

Examinamos o INSSG, bem como as políticas holísticas e regionais do Departamento de Estado e do Departamento de Defesa. Essas políticas moldam os interesses, atividades e compromissos dos EUA no Atlântico Sul. Examinando especificamente as políticas dos EUA com relação ao Brasil, Argentina e Nigéria, determinamos que há espaço para melhorias para sincronizar as atividades com os estados finais descritos no INSSG.

Também analisamos ações específicas que a RPC está realizando para ganhar influência econômica e política em todo o Atlântico Sul, mas especificamente no Brasil, Argentina e Golfo da Guiné. Nestes três estados e regiões principais, a RPC está usando uma ampla variedade de táticas para obter recursos e, simultaneamente, obter controle sobre a infraestrutura principal. Observamos como as empresas estatais da RPC estão liderando os esforços para expandir o acesso à RPC, tanto por meios legítimos quanto por práticas econômicas predatórias. A análise destacou como essa influência crescente, se não for controlada, pode resultar em uma esfera de influência da RPC no Atlântico Sul. Essa esfera de influência poderia resultar em uma presença rotineira ou permanente de militares e embarcações da RPC no Atlântico Sul.

Por fim, o trabalho fez recomendações sobre como os EUA podem administrar de maneira mais eficaz seus interesses no Atlântico Sul. Declarar a região como uma prioridade política por meio de um NSDP poderia ajudar os vários departamentos díspares a sincronizar seus esforços em ambos os lados do Atlântico. Os esforços para alinhar as políticas de segurança nacional subordinadas ao INSSG mais rapidamente e padronizar a linguagem de segurança nacional com elas também são essenciais para garantir que os estados finais do INSSG sejam cumpridos. Existem também ações legislativas que os EUA podem tomar para se tornarem mais competitivos com a RPC regional e globalmente. Também observamos como o apoio aos esforços e instituições regionais existentes pode ajudar os EUA a fortalecer a região contra influências externas negativas. Essas instituições, juntamente com soluções de soberania específicas para cada país, fornecem resiliência adicional às tentativas de corroer o Estado de Direito na região.

Determinamos que é do “inegável interesse próprio” dos EUA manter a estabilidade e relacionamentos sólidos com parceiros democráticos na região do Atlântico Sul. A segurança do Atlântico Sul ajuda a garantir a economia americana. O exemplo democrático americano continua a ser o exemplo a ser seguido pelos Estados em todo o mundo. A garantia da estabilidade na região pode ser feita por meio de investimentos em parceiros, aliados e instituições regionais. Trabalhando com esses estados e instituições, os EUA podem garantir que as prioridades delineadas no INSSG não sejam prejudicadas nesta região-chave.

## REFERÊNCIAS

- AUSTIN, Lloyd J. III. *Department of Defense Message to the Force*. 04 mar. 2021. Disponível em: <https://media.defense.gov/2021/Mar/04/2002593656/-1/-1/0/SECRETARY-LLOYD-J-AUSTIN-III-MESSAGE-TO-THE-FORCE.PDF>. Acesso em: 9 jul. 2021.
- BLANCHARD, L.P.; Collins R., *China's Engagement in Djibouti*. 04 set. 2019. Disponível em: <https://crsreports.congress.gov/product/pdf/IF/IF11304>. Acesso em: 18 jul. 2021.
- BLINKEN, Anthony J. Department of State. *A Foreign Policy for the American People*. 03 mar. 2021. Disponível em: <https://www.state.gov/a-foreign-policy-for-the-american-people/>. Acesso em: 9 jul. 2021.
- CARAFANO, J.; et al. The Heritage Foundation. *Why The United States Needs an Atlantic Strategy*. 23 dez. 2020. Disponível em: <https://www.heritage.org/global-politics/report/why-the-united-states-needs-atlantic-strategy>. Acesso em: 24 jul. 2021.
- CONGRESSIONAL RESEARCH SERVICE (CRS), *Interim National Security Strategic Guidance (INSSG)*. 29 mar. 2021. Disponível em: <https://crsreports.congress.gov/product/pdf/IF/IF11798>. Acesso em: 9 jul. 2021.
- CRS. *Argentina: Background and U.S. Relations*. 16 jun 16. 2017. Disponível em: <https://crsreports.congress.gov/product/pdf/R/R43816>. Acesso em: 9 jul. 2021.
- CRS. *Brazil: Background and U.S. Relations*. 06 jul. 2020. Disponível em: <https://crsreports.congress.gov/product/pdf/R/R46236/3>. Acesso em: 9 jul. 2021.
- CRS. *Changes in the Arctic: Background and Issues for Congress*. 16 jul. 2021. p. 7-8. Disponível em: <https://crsreports.congress.gov/product/pdf/R/R41153>. Acesso em: 24 jul. 2021.
- CRS. *China's Engagement with Latin America and the Caribbean*. 01 jul. 2021. Disponível em: <https://crsreports.congress.gov/product/pdf/IF/IF10982>. Acesso em: 18 jul. 2021.
- CRS. *Nigeria: Current Issues and U.S. Policy*. 01 fev. 2019. Disponível em: <https://crsreports.congress.gov/product/pdf/RL/RL33964/43>. Acesso em: 10 jul. 2021.
- CRS. *The National Security Council: Background and Issues for Congress Congressional Research Service*. 03 jun. 2021. Disponível em: <https://crsreports.congress.gov/product/pdf/R/R44828>. Acesso em: 9 jul. 2021.
- CRS. *U.S. International Development Finance Corporation (DFC)*. 12 jan. 2021. Disponível em: <https://crsreports.congress.gov/product/pdf/IF/IF11436>. Acesso em: 24 jul. 2021.
- CONTAINER MANAGEMENT. *China Merchants Port Holdings appoints new executive director and chairman of the board*. 18 fev. 2020. Disponível em: <https://container-mag.com/2020/02/18/china-merchants-port-holdings-appoints-new-executive-director-and-chairman-of-the-board/>. Acesso em: 18 jul. 2021.
- DEFENSE SECURITY COOPERATION AGENCY. *Argentina*. 2020. Disponível em: <https://www.dsca.mil/tags/argentina>. Acesso em: 9 jul. 2021.
- DEPARTMENT OF DEFENSE (DOD), U.S. AFRICOM. *Obangame Express 2021*. Disponível em: <https://www.africom.mil/what-we-do/exercises/obangame-express>. Acesso em: 31 jul. 2021.
- DOD. *AFRICOM Theater Strategy*. Disponível em: <https://www.africom.mil/document/33088/us-africa-command-theater-strategy-2018-2027p>. Acesso em: 9 jul. 2021.



- DOD. *Military and Security Developments Involving the People's Republic of China: Annual Report to Congress*. 2020. Disponível em: <https://media.defense.gov/2020/Sep/01/2002488689/-/1/2020-DOD-CHINA-MILITARY-POWER-REPORT-FINAL.PDF>. Acesso em: 18 jul. 2021.
- DOD. *SOUTHCOM Lines of Effort*. Disponível em: <https://www.southcom.mil/Lines-of-Effort/>. Acesso em: 9 jul. 2021.
- DOD. *18 FAM 301.2. Strategic Planning*. Jul. 2021. Disponível em: <https://fam.state.gov/FAM/18FAM/18FAM030102.html>. Acesso em: 9 jul. 2021.
- DEPARTMENT OF STATE (DOS). *Brazil Signs Artemis Accords*. 15 jun. 2020. Disponível em: <https://www.state.gov/brazil-signs-artemis-accords/>. Acesso em: 9 jul. 2021.
- DOS. *Bureau of African Affairs Joint Regional Strategy*. 31 aug. 2018. Disponível em: [https://www.state.gov/wp-content/uploads/2019/04/JRS\\_AF-AFR\\_UNCLASS\\_508\\_CMC.pdf](https://www.state.gov/wp-content/uploads/2019/04/JRS_AF-AFR_UNCLASS_508_CMC.pdf). Acesso em: 9 jul. 2021.
- DOS. *Bureau of African Affairs*. Disponível em: <https://www.state.gov/bureaus-offices/under-secretary-for-political-affairs/bureau-of-african-affairs/>. Acesso em: 9 jul. 2021.
- DOS. *Bureau of Western Hemisphere Affairs Joint Regional Strategy*. 03 jan. 2019. Disponível em: [https://www.state.gov/wp-content/uploads/2019/06/JRS\\_WHA-LAC\\_UNCLASS-508.pdf](https://www.state.gov/wp-content/uploads/2019/06/JRS_WHA-LAC_UNCLASS-508.pdf). Acesso em: 9 jul. 2021.
- DOS. *Bureau of Western Hemisphere Affairs*. Disponível em: <https://www.state.gov/key-topics-bureau-of-western-hemisphere-affairs/>. Acesso em: 9 jul. 2021.
- DOS. *Joint Strategic Plan*. Fev. 2018. Disponível em: <https://www.state.gov/wp-content/uploads/2018/12/Joint-Strategic-Plan-FY-2018-2022.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2021.
- DOS. *Office of the Spokesperson, READOUT: Secretary Blinken's Call with Nigerian Foreign Minister Onyeama*. 01 mar. 2021. Disponível em: <https://ng.usembassy.gov/readout-secretary-blinkens-call-with-nigerian-foreign-minister-onyeama/>. Acesso em: 10 jul. 2021.
- DOS. *Secretary Antony J. Blinken at the Virtual U.S.-Nigeria Health Partnership Event*. 27 abr. 2021. Disponível em: <https://www.state.gov/secretary-antony-j-blinken-at-the-virtual-u-s-nigeria-health-partnership-event/>. Acesso em: 10 jul. 2021.
- DOS. *Secretary Blinken's Call with Brazilian Foreign Minister França*. 17 jun. 2021. Disponível em: <https://www.state.gov/secretary-blinkens-call-with-brazilian-foreign-minister-franca/>. Acesso em: 9 jul. 2021.
- DOS. *SouthCom Commander Admiral Faller Visits Argentina Donates \$3.5 Million in Supplies to Fight COVID*. 09 abr. 2021. Disponível em: <https://ar.usembassy.gov/southcom-commander-admiral-faller-visits-argentina-donates-3-5-million-in-supplies-to-fight-covid/>. Acesso em: 9 jul. 2021.
- DOS. *The United States and Nigeria: Strategic Partners, FACT SHEET*, OFFICE OF THE SPOKESPERSON. 27 abr. 2021. Disponível em: <https://www.state.gov/the-united-states-and-nigeria-strategic-partners/>. Acesso em: 10 jul. 2021.
- DOS. *U.S. Army Special Forces Conclude Training With Nigeria Navy Special Boat Service*. 12 jul. 2021. Disponível em: <https://ng.usembassy.gov/u-s-army-special-forces-conclude-training-with-nigeria-navy-special-boat-service/>. Acesso em: 10 jul. 2021.

- DOS. U.S. Mission Argentina Integrated Country Strategy. 06 nov. 2020. Disponível em: [https://www.state.gov/wpcontent/uploads/2020/11/ICS\\_WHA\\_Argentina\\_Public-Release.pdf](https://www.state.gov/wpcontent/uploads/2020/11/ICS_WHA_Argentina_Public-Release.pdf). Acesso em: 9 jul. 2021.
- DOS. *U.S. Mission Brazil Integrated Country Strategy (ICS)*. 31 jul. 2018. Disponível em: [https://www.state.gov/wp-content/uploads/2019/01/ICS-Brazil\\_UNCLASS\\_508.pdf](https://www.state.gov/wp-content/uploads/2019/01/ICS-Brazil_UNCLASS_508.pdf). Acesso em: 9 jul. 2021.
- DOS. *U.S. Mission Nigeria Integrated Country Strategy*. 28 set. 2018. Disponível em: [https://www.state.gov/wp-content/uploads/2019/01/ICS-Nigeria\\_UNCLASS-508.pdf](https://www.state.gov/wp-content/uploads/2019/01/ICS-Nigeria_UNCLASS-508.pdf). Acesso em: 10 jul. 2021.
- DOS. *U.S. Relations with Brazil*. Disponível em: <https://www.state.gov/u-s-relations-with-brazil/>. Acesso em: 9 jul. 2021.
- DEVERMONT, J.; et al. *Assessing the Risks of Chinese Investments in Sub-Saharan African Ports*. 04 jun. 2019. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/assessing-risks-chinese-investments-sub-saharan-african-ports>. Acesso em: 18 jul. 2021.
- DIALOGO. *Brazilian Committee on Foreign Relations and National Defense Approves Brazil-US Agreement*. 29 jun. 2021. Disponível em: <https://dialogo-americas.com/articles/brazilian-committee-on-foreign-relations-and-national-defense-approves-brazil-us-agreement/>. Acesso em: 9 jul. 2021.
- ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT. *World Democracy Rankings*. Disponível em: <https://dl1qqtien6gys07.cloudfront.net/wp-content/uploads/2021/02/democracy-index-2020.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2021.
- ESPACH, R. *A New Great Game Finds the South Atlantic. War on the Rocks*. 22 mar. 2021. Disponível em: <https://warontherocks.com/2021/03/a-new-great-game-finds-the-south-atlantic/>. Acesso em: 9 jul. 2021.
- EURASIA REVIEW. *The New Atlanticism Or A Wider Atlantic? – Analysis*. 05 aug. 2015. Disponível em: <https://www.eurasiareview.com/05082015-the-new-atlanticism-or-a-wider-atlantic-analysis/>. Acesso em: 24 jul. 2021.
- GAMBETA NEWS. *Angola's Caio Deep Water Port Resumes*. 31 jan. 2021. Disponível em: <https://www.gambetanews.com/angolas-caio-deep-water-port-resumes/>. Acesso em: 18 jul. 2021.
- GARRISON, Cassandra. *Reuters*. China's military-run space station in Argentina is a 'black box'. 31 jan 2019. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-space-argentina-china-insight-idUSKCN1PP0I2>. Acesso em: 18 jul. 2021.
- GUTIERREZ, M. et al. *China's distant water fishing fleet: Scale, impact and governance. jun 2020*. Disponível em: [https://cdn.odi.org/media/documents/chinesedistantwaterfishing\\_web.pdf](https://cdn.odi.org/media/documents/chinesedistantwaterfishing_web.pdf). Acesso em: 18 jul. 2021.
- KRACH, Keith. Brazil can join the growing Clean Network by banning Huawei. *O Globo*. 19 aug. 2020. Disponível em: <https://br.usembassy.gov/brazil-can-join-the-growing-clean-network-by-banning-huawei/>. Acesso em: 9 jul. 2021.
- LOUPOVA, Julia. *Port.Today*, Brazil's large container terminal is acquired by China Merchants Port. 06 set. 2017. Disponível em: <https://port.today/china-merchants-port-buys-tcp/>. Acesso em: 18 jul. 2021.

MACFADYEN, G., et al. *The IUU Fishing Index, 2019*. Poseidon Aquatic Resource Management Limited and the Global Initiative Against Transnational Organized Crime. 2019. Disponível em: <https://globalinitiative.net/wp-content/uploads/2019/02/IUU-Fishing-Index-Report-web-version.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2021.

MARCELLO, M.; Spring J. Brazil environment minister quits; faces illegal logging probe. *Reuters*. 24 Jun. 2021. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/americas/brazil-environment-minister-salles-resigns-amid-illegal-logging-probe-2021-06-23/>. Acesso em: 9 jul. 2021.

MARCON Logística Portuária. *Understand China's participation in the port of Paranaguá*. Disponível em: <https://www.marcon.com.br/understand-chinas-participation-in-the-port-of-paranagua/?lang=en>. Acesso em: 18 jul. 2021.

MARI, M. Brazilian government organizes US visit to speed up 5G auction. *ZDnet*. 07 jun. 2021. Disponível em: <https://www.zdnet.com/article/brazilian-government-organizes-us-visit-to-speed-up-5g-auction/>. Acesso em: 9 jul. 2021.

MARINA DO BRASIL. *BEM-VINDO À "AMAZÔNIA AZUL"*. 2021. Disponível em: [https://www.mar.mil.br/hotsites/amazonia\\_azul/](https://www.mar.mil.br/hotsites/amazonia_azul/). Acesso em: 24 jul. 2021.

MARINA DO BRASIL. *SisGAAz: Proteção e Monitoramento das Águas Jurisdicionais Brasileiras*. 2021. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/sisgaaz-protECAo-e-monitoramento-das-aguas-jurisdicionais-brasileiras>. Acesso em: 24 jul. 2021.

MESERVEY, Joshua. The Heritage Foundation. *Government Buildings in Africa Are a Likely Vector for Chinese Spying, Backgrounder No. 3476*. 20 mai. 2020. Disponível em: <https://www.heritage.org/asia/report/government-buildings-africa-are-likely-vector-chinese-spying>. Acesso em: 18 jul. 2021.

NUGENT, C.; Campbell, C. *TIME*, The U.S. and China Are Battling for Influence in Latin America, and the Pandemic Has Raised the Stakes. 04 fev. 2021. Disponível em: <https://time.com/5936037/us-china-latin-america-influence/>. Acesso em: 18 jul. 2021.

OAS. OAS and African Union Exchange Experiences on Human Rights and Democracy in Addis Abeba, 09 out. 2011. Disponível em: [https://www.oas.org/en/media\\_center/press\\_release.asp?scodigo=e-885/11](https://www.oas.org/en/media_center/press_release.asp?scodigo=e-885/11). Acesso em: 24 jul. 2021.

OCEANA. *Now You See Me, Now You Don't: Vanishing Vessels Along Argentina's Waters*. jun 2021. Disponível em: <https://usa.oceana.org/publications/reports/oceana-finds-hundreds-vessels-vanishing-along-argentinas-waters>. Acesso em: 18 jul. 2021.

OECD. *Economic Policy Reforms 2021: Going for Growth*. Disponível em: <https://www.oecd.org/economy/growth/Argentina-country-note-going-for-growth-2021.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2021.

OFFICE OF THE UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE (OUSTR). *Africa – Nigeria*. 2019. Disponível em: <https://ustr.gov/countries-regions/africa/nigeria>. Acesso em: 10 jul. 2021.

OUSTR. *United States and Brazil Update Agreement on Trade and Economic Cooperation with New Protocol on Trade Rules and Transparency*. 19 out. 2021. Disponível em: <https://ustr.gov/about-us/policy-offices/press-office/press-releases/2020/october/united-states-and-brazil-update-agreement-trade-and-economic-cooperation-new-protocol-trade-rules>. Acesso em: 9 jul. 2021.

OUSTR Western Hemisphere - *Brazil*. Disponível em: <https://ustr.gov/countries-regions/americas/brazil>. Acesso em: 9 jul. 2021.

OUSTR. *Western Hemisphere – Argentina*. Disponível em: <https://ustr.gov/countries-regions/americas/argentina>. Acesso em: 9 jul. 2021.

POMPEO, Michael R., DEPARTMENT OF STATE., *U.S. Imposes Restrictions on Certain PRC State-Owned Enterprises and Executives for Malign Activities in the South China Sea*. 26 aug. 2020. Disponível em: <https://ar.usembassy.gov/u-s-imposes-restrictions-on-certain-prc-state-owned-enterprises-and-executives-for-malign-activities-in-the-south-china-sea/>. Acesso em: 18 jul. 2021.

PROFETA, Damian. *Diálogo Chino*. Chinese company could run crucial Argentine shipping route. 28 aug. 2020. Disponível em: <https://dialogochino.net/en/infrastructure/37072-chinese-company-could-run-crucial-argentine-shipping-route/>. Acesso em: 18 jul. 2021.

SAIS-CARI. *Chinese Loans to Africa Database*. 2021. Disponível em: <https://chinaafricaloandata.bu.edu/>. Acesso em: 18 jul. 2021.

SHEPARD, WADE. *Forbes*. These 8 Companies are Bringing the “New Silk Road” to Life. 12 mar. 2017. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/wadeshepard/2017/03/12/8-new-silk-road-companies-that-you-can-invest-in/?sh=ceed7f84db9e>. Acesso em: 18 jul. 2021.

STUDART, R.; Myers, M. *Council on Foreign Relations*. Reimagining China-Brazil Relations Under the BRI: The Climate Imperative. 19 jan. 2021. p.1. Disponível em: [https://cdn.cfr.org/sites/default/files/pdf/studart-myers-cfr-cebri-paper\\_0.pdf](https://cdn.cfr.org/sites/default/files/pdf/studart-myers-cfr-cebri-paper_0.pdf). Acesso em: 18 jul. 2021.

THE WHITE HOUSE. *Interim National Security Strategic Guidance (INSSG)*. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2021/03/03/interim-national-security-strategic-guidance/>. Acesso em: 24 jul. 2021.

THE WHITE HOUSE. *National Security Strategy of the United States. Dezembro. 2017*. Disponível em: <https://trumpwhitehouse.archives.gov/wp-content/uploads/2017/12/NSS-Final-12-18-2017-0905.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2021.

THE WILSON CENTER. *The Brazilian Report*. 04 Set. 2020. Disponível em: [https://www.wilsoncenter.org/blog-post/pandemic-makes-brazil-even-more-reliant-china\\_](https://www.wilsoncenter.org/blog-post/pandemic-makes-brazil-even-more-reliant-china_). Acesso em: 18 jul. 2021.

U.S. CHAMBER OF COMMERCE. *The Importance of a Strong U.S.-Brazil Relationship and Economic Cooperation*. 20 out. 2021. Disponível em: <https://www.uschamber.com/on-demand/economy/the-importance-of-a-strong-u-s-brazil-relationship-and-economic-cooperation>. Acesso em: 9 jul. 2021.

U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. *U.S. Imports by Country of Origin, Petroleum and Other Liquids*. 2020. Disponível em: [https://www.eia.gov/dnav/pet/PET\\_MOVE\\_IMPCUS\\_A2\\_NUS\\_EP00\\_IM0\\_MBBL\\_A.htm](https://www.eia.gov/dnav/pet/PET_MOVE_IMPCUS_A2_NUS_EP00_IM0_MBBL_A.htm). Acesso em: 31 jul. 2021.

U.S. HOUSE OF REPRESENTATIVES, COMMITTEE ON FOREIGN AFFAIRS. *EAGLE Act, HR 3524*. p. 156-157, p. 206. mai. 2021. Disponível em: [https://foreignaffairs.house.gov/\\_cache/files/b/9/b98fd569-3e49-47c0-bb238fccf88d7274/4E5106A7CF429C5C518C8C6003A94AFC.eagle-act-for-introduction---signed.pdf](https://foreignaffairs.house.gov/_cache/files/b/9/b98fd569-3e49-47c0-bb238fccf88d7274/4E5106A7CF429C5C518C8C6003A94AFC.eagle-act-for-introduction---signed.pdf). Acesso em: 24 jul. 2021.

U.S. HOUSE OF REPRESENTATIVES, COMMITTEE ON FOREIGN AFFAIRS. *Press Release, Meeks Introduces Legislative Package to Renew American Leadership Abroad in Face of China Challenge*. 25 mai. 2021. Disponível em: <https://foreignaffairs.house.gov/2021/5/meeks-introduces-legislative-package-to-renew-american-leadership-abroad-in-face-of-china-challenge>. Acesso em: 24 jul. 2021.

U.S. HOUSE OF REPRESENTATIVES, COMMITTEE ON FOREIGN AFFAIRS. *Press Release, Chair Meeks Issues Statement on EAGLE Act Passage*. 15 jul. 2021. Disponível em: <https://foreignaffairs.house.gov/2021/7/chair-meeks-issues-statement-on-eagle-act-passage>. Acesso em: 24 jul. 2021.

UN DIGITAL LIBRARY. *Declaration of a zone of peace and co-operation of the South Atlantic: resolution / adopted by the General Assembly*. 1986. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/280823?ln=en>. Acesso em: 24 jul. 2021.

WATSON-LYNN, Erin. *The Interpreter by the Lowy Institute*. The gravity of China's space base in Argentina. 09 jun. 2020. Disponível em: <https://www.lowyinstitute.org/the-interpreter/gravity-china-s-space-base-argentina>. Acesso em: 18 jul. 2021.

WIESEBRON, M.; et al. Brazilian Journal of Strategy & International Relations. *BLUE AMAZON: THINKING THE DEFENSE OF BRAZILIAN MARITIME TERRITORY*. 2013. v.2, n.3, Jan-Jun 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/viewFile/35039/23931>. Acesso em: 24 jul. 2021.

WILLIAMS, Dalton. 45<sup>TH</sup> Space Wing Public Affairs Office. *Small Island, big mission – Ascension Island Supports 45 SW*. Disponível em: <https://www.patrick.spaceforce.mil/News/Article-Display/Article/1749916/small-island-big-mission-ascension-island-supports-45-sw/>. Acesso em: 9 jul. 2021.

## ANEXO A

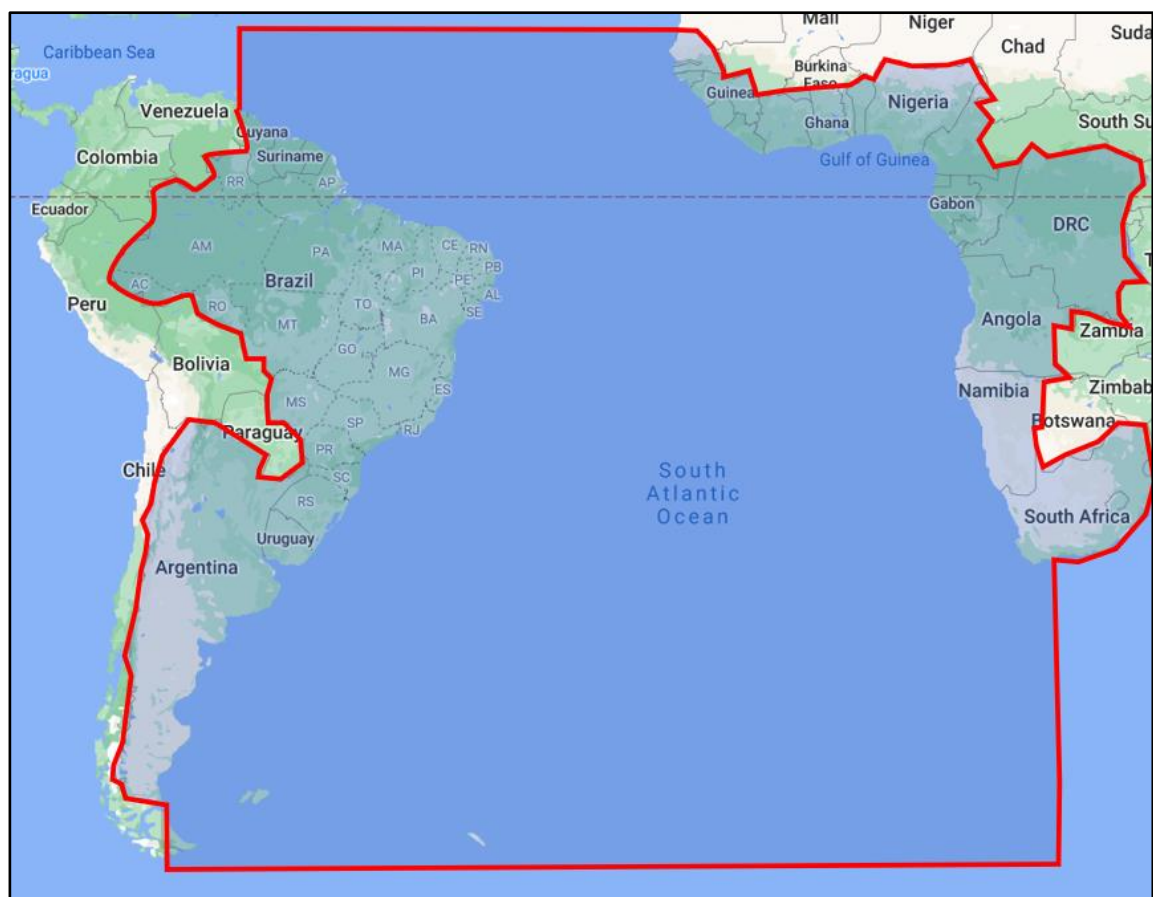


FIGURA 1 - Mapa da Região de Interesse do Atlântico Sul

Fonte: Mapa obtido no Google Maps <https://www.google.com/maps>, gráfico produzido pelo autor.

## ANEXO B

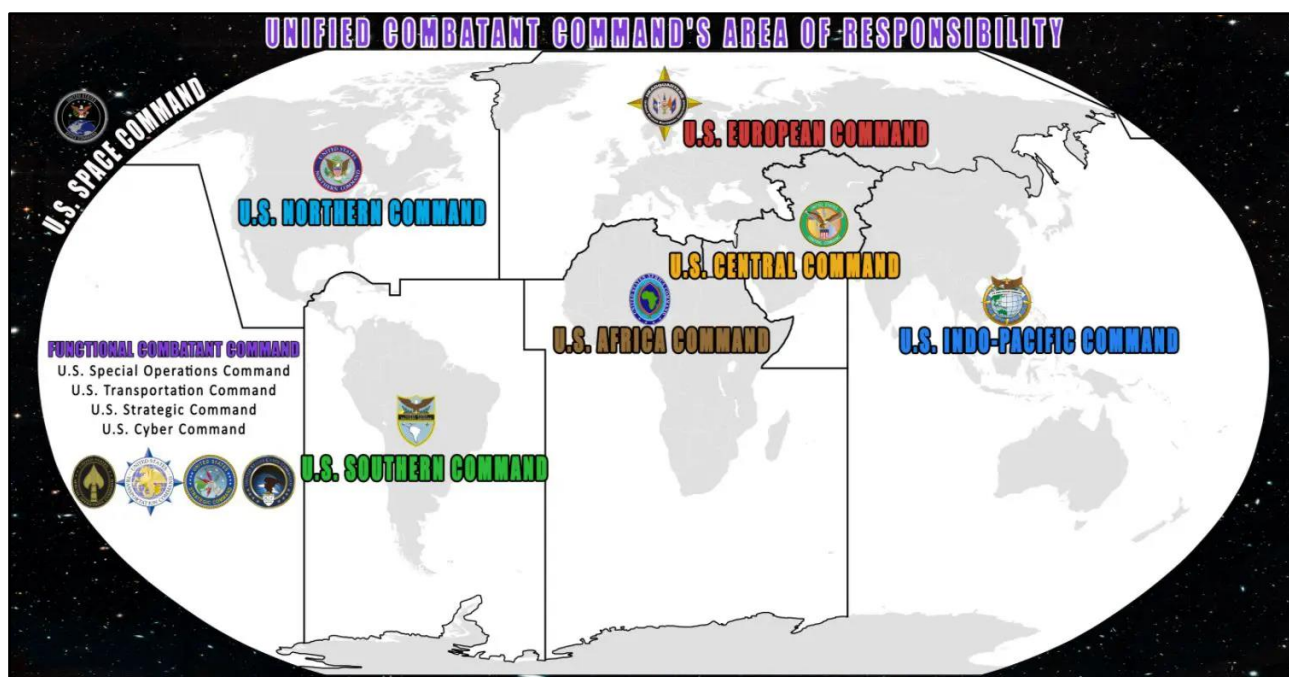


FIGURA 2 – Mapa dos Comandos Combatentes Unificados do DOD dos EUA

Fonte: <https://www.sandboxx.us/blog/what-is-a-combatant-command/>

## ANEXO C

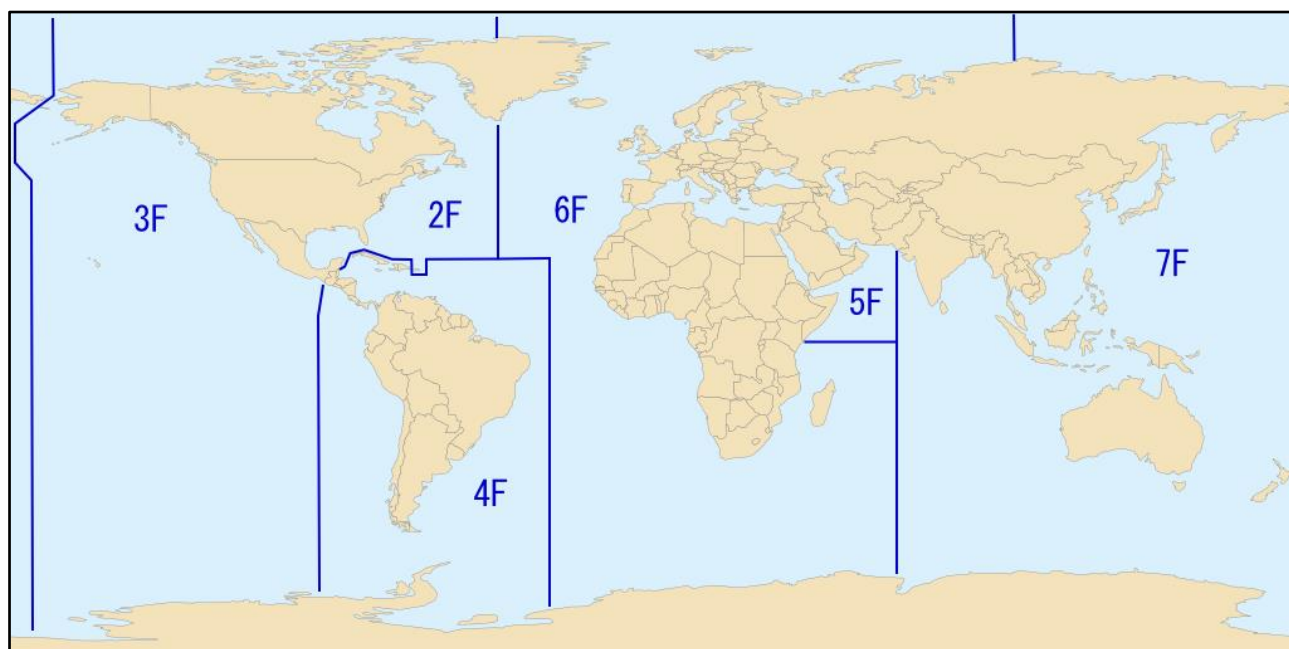


FIGURA 3 – Mapa das áreas de responsabilidade dos esquadrões numerados da Marinha dos Estados Unidos

Fonte: <https://rebrn.com/re/us-navy-fleets-areas-of-responsibility-x-201577/>

## ANEXO D

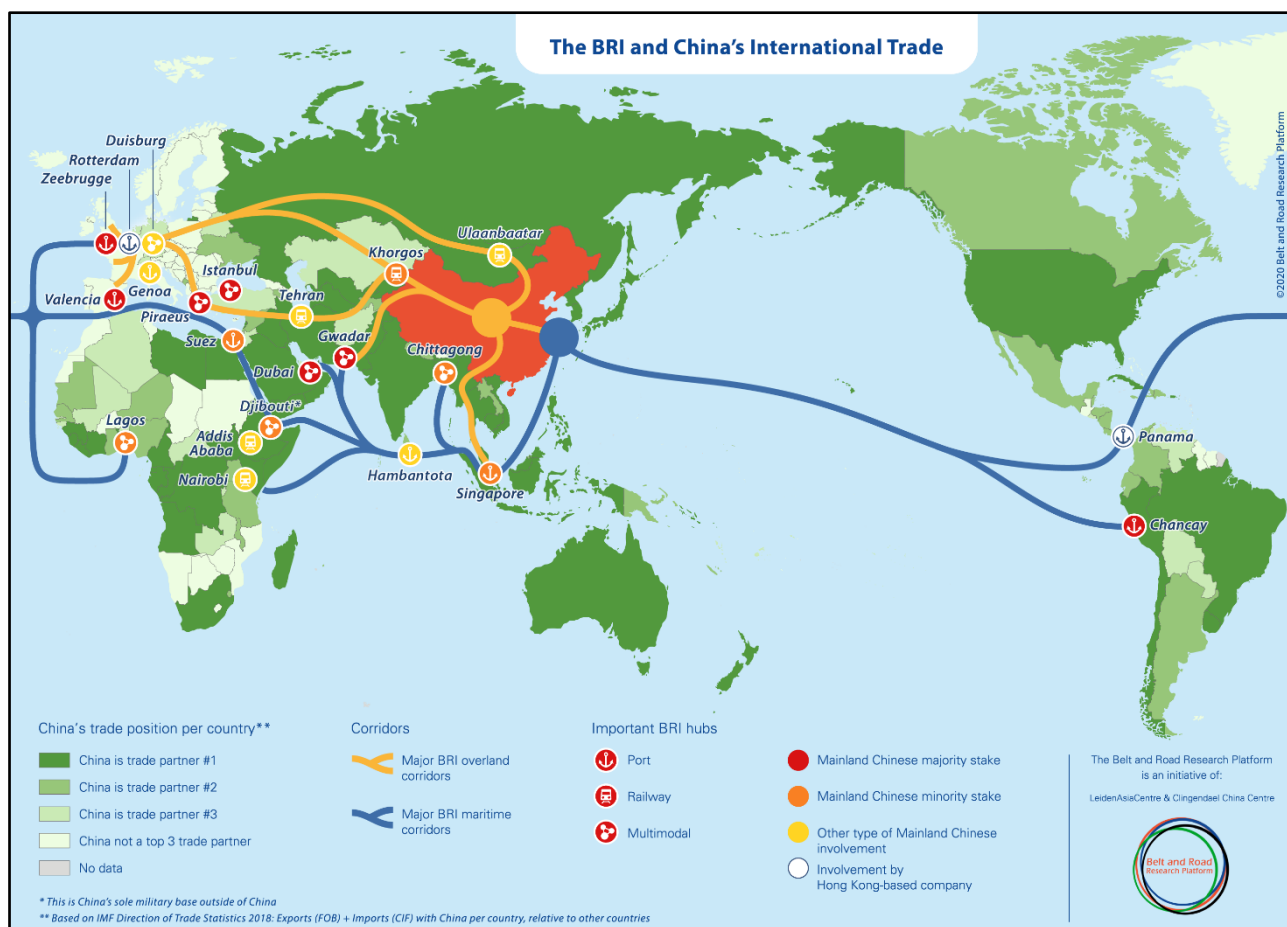


FIGURA 4 – Mapa das principais rotas terrestres e marítimas do *Belt and Road Initiative* (BRI – na na na sigla em inglês) em 2021.

Fonte: <https://www.clingendael.org/publication/new-map-belt-and-road-initiative>

Observação: A *Belt and Road Initiative* (BRI – na sigla em inglês) foi lançada pela República Popular da China (PRC) em 2013. O BRI tinha como objetivo inicial conectar economicamente a RPC aos continentes europeu e africano, no entanto, ao longo dos anos evoluiu para um sistema mais centralizado esforço para obter relevância econômica global. De acordo com os dados de 2019 disponíveis para o *National Bureau of Asian Research*, o PRC alocou cerca de US \$ 1 trilhão - US \$ 1,3 trilhão para apoiar o BRI. De acordo com os mesmos dados, cerca de 123 países e 29 organizações internacionais participavam da estrutura do BRI. Desde 2013, *PRC State Owned Enterprises* (SOEs – na na na sigla em inglês) lançaram mais de 3.000 projetos de desenvolvimento de infraestrutura física e digital em todo o mundo usando a estrutura BRI.

Fonte: <https://www.nbr.org/publication/a-guide-to-the-belt-and-road-initiative/>



## ANEXO E

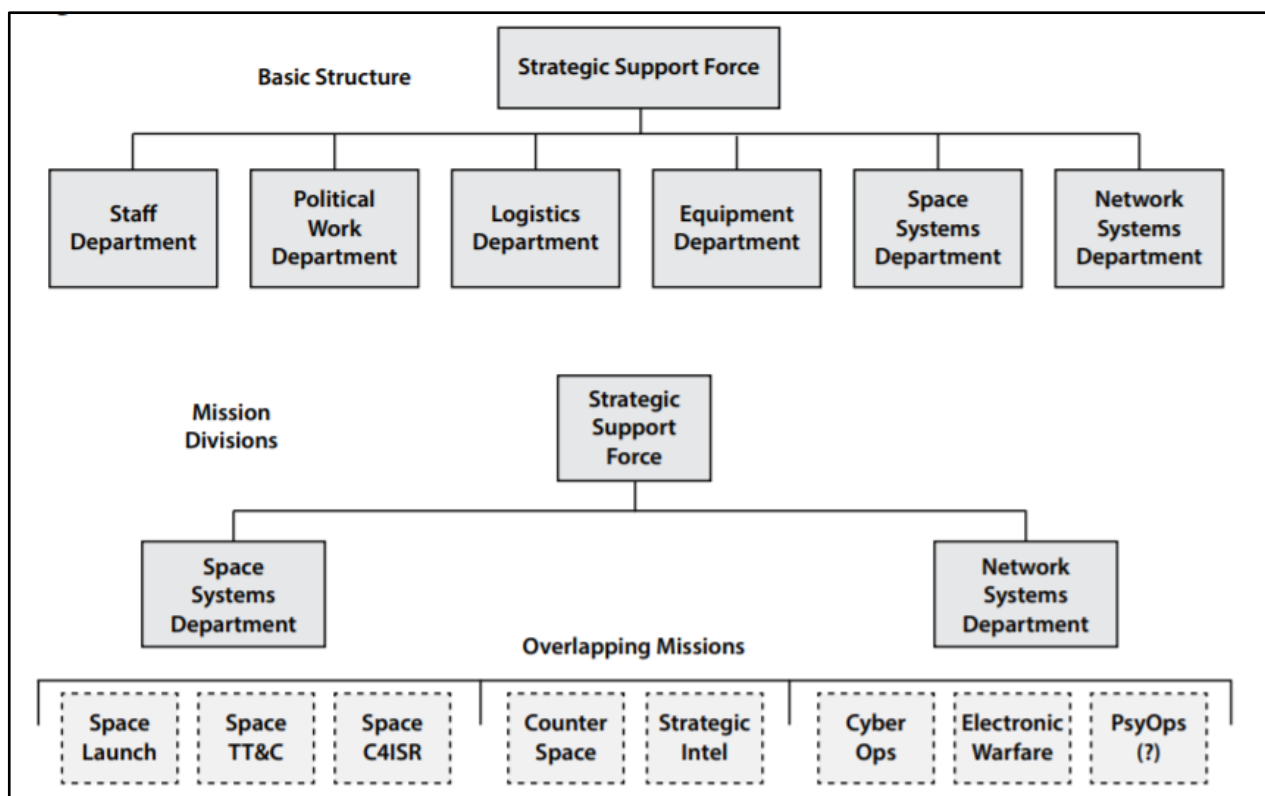


FIGURA 5 – Diagrama organizacional da Strategic Support Force (SSF – na sigla em inglês) do Exército de Libertação Popular da RPC (PLA - na sigla em inglês). Observe as missões sobrepostas de “contra-espço” e “inteligência estratégica”, o que é uma preocupação potencial para a instalação de GLTC administrada pela SSF em Neuquén, Argentina.

Fonte: [https://ndupress.ndu.edu/Portals/68/Documents/stratperspective/china/china-perspectives\\_13.pdf](https://ndupress.ndu.edu/Portals/68/Documents/stratperspective/china/china-perspectives_13.pdf)

## ANEXO F

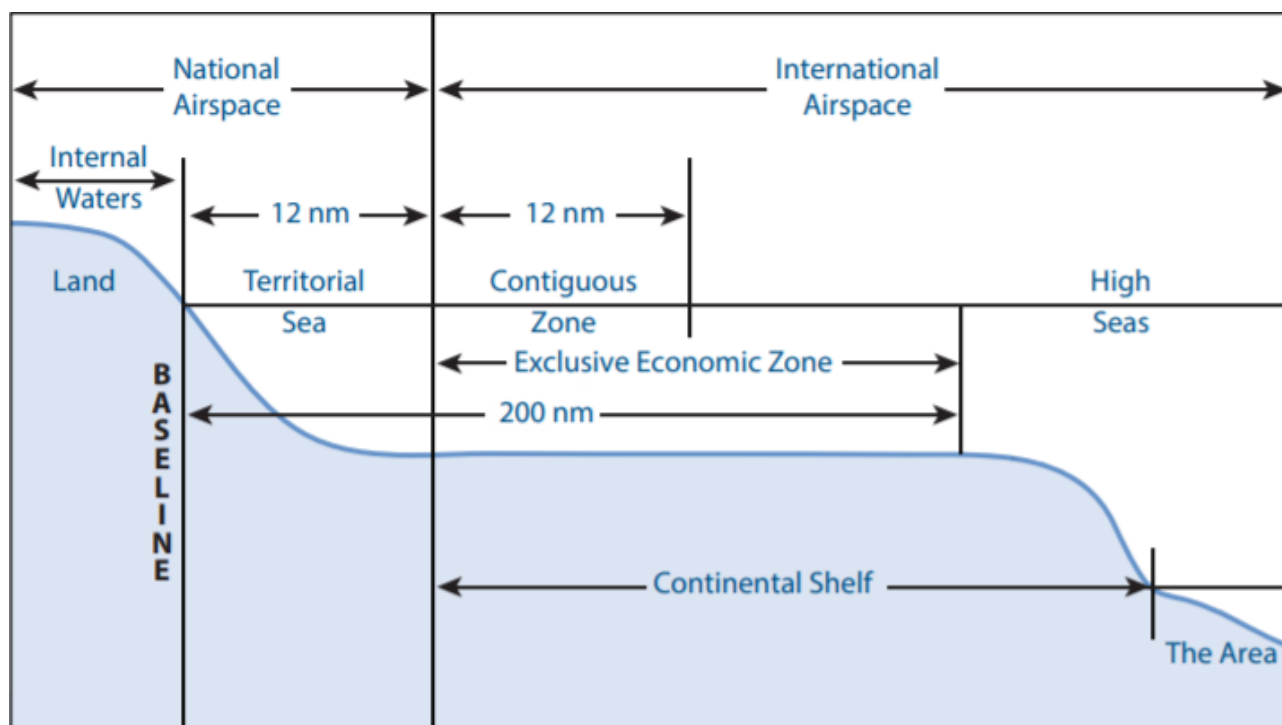


FIGURA 6 – Diagrama das distâncias definidas para mares territoriais e Zonas Econômicas Exclusivas (ZEE), conforme estabelecido pela Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar de 1982 (*UNCLOS - na sigla em inglês*). A convenção de 1982 declarou que os estados podem ter o direito *exclusivo* de explorar ou conservar quaisquer recursos encontrados no subsolo, fundo do mar ou coluna d'água dentro de 200 nm da linha de base.

Fonte: <https://sites.tufts.edu/lawofthesea/files/2017/07/LawoftheSeaPrimer.pdf>

## ANEXO G

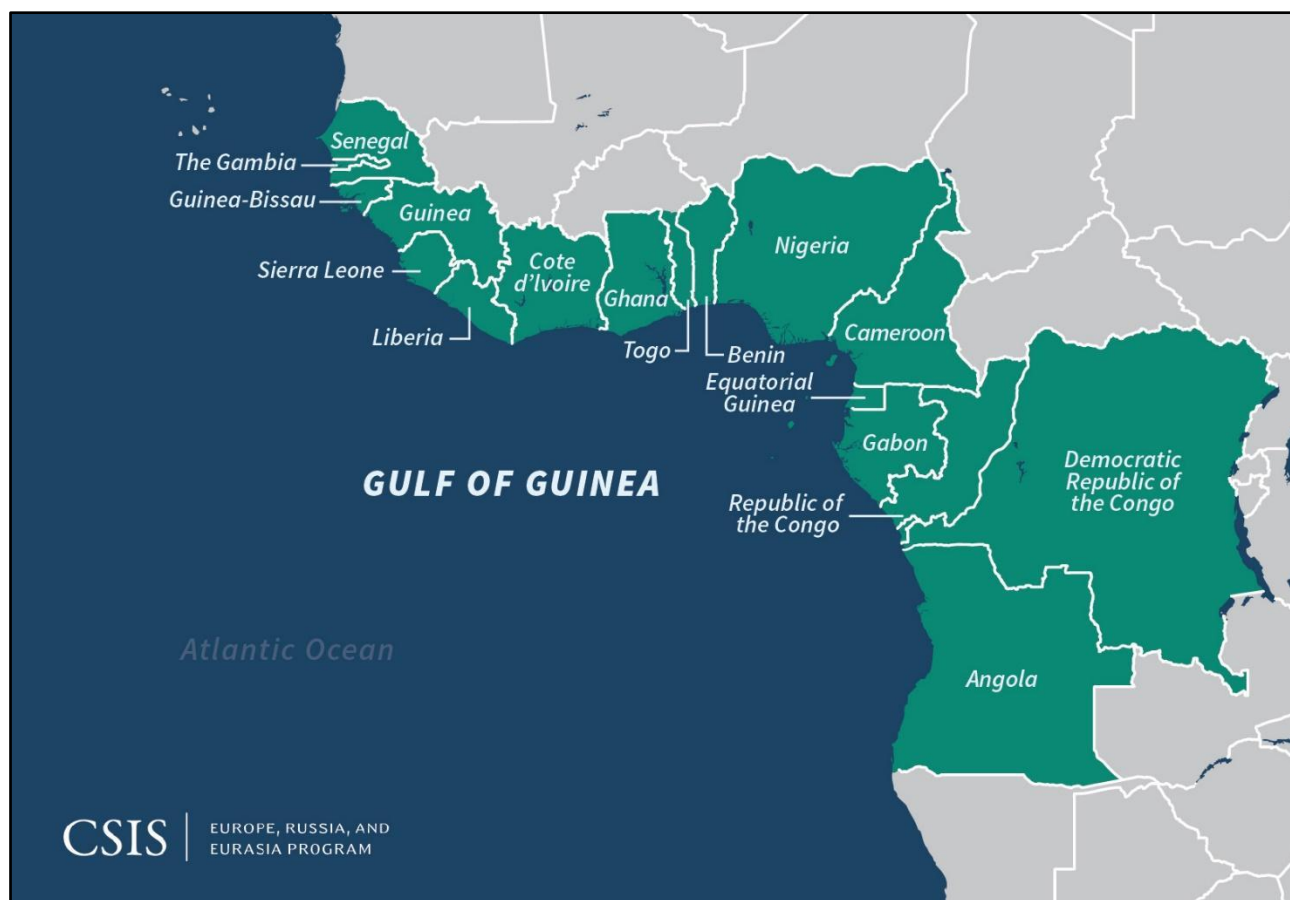


FIGURA 7 – Mapa do Golfo da Guiné

Fonte: <https://www.csis.org/analysis/transatlantic-approach-address-growing-maritime-insecurity-gulf-guinea>